



UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

MUNIQUE DAYENE BORGES CAMILO

Consciência para a Defesa Nacional: políticas públicas na Educação Básica

Rio de Janeiro

2018



UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

MUNIQUE DAYENE BORGES CAMILO

Consciência para a Defesa Nacional: políticas públicas na Educação Básica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Aeroespaciais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Maria Telles.

Rio de Janeiro

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da UNIFA

C183 Camilo, Munique Dayene Borges.

Consciência para a Defesa Nacional: políticas públicas na educação básica. / Munique Dayene Borges Camilo. – Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2018.
121 p.: il, enc.

Orientador: Marta Maria Telles.
Dissertação (mestrado) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2018.
Referências: f. 106 -116.

1. Defesa Nacional. 2. Políticas públicas. 3. Educação básica. I. Telles, Marta Maria. II. Universidade da Força Aérea. III. Título

CDU: 355.45(81)



UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS

MUNIQUE DAYENE BORGES CAMILO

CONSCIÊNCIA PARA A DEFESA NACIONAL: POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação aprovada pelos membros da Banca Examinadora, no dia 29 de agosto de 2018, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea.

São Paulo, SP, 29 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. MARTA MARIA TELLES - UNIFA
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. GUNTHER RUDZIT - UNIFA



Prof. Dr. HÉCTOR LUIS SAINT PIERRE - UNESP

Dedico este trabalho ao meu Deus, minha fonte de alegria e refrigério, que guia meus passos dando-me a certeza de que Tudo posso Naquele que me Fortalece;
Ao meu Lindo, inspiração da minha vida, que me faz sentir segura para ousar e galgar novos caminhos;
Ao meu filho, Pedro, razão da minha vida e meu motivo maior para querer ser melhor a cada dia;
Aos meus filhos do coração, Rafael e Bruno, que ganhei de presente do Senhor;
A Mãezinha Dita (saudade eterna) e a minha mãe, Sued, mulheres exemplos de fortaleza, coragem e perseverança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por oportunizar este momento de pesquisa, investindo na formação de seus professores, incentivando a produção científica e à equipe da Diretoria de Acompanhamento da Oferta Educacional, em especial, à Raphaella Rosinha Cantarino, pelo acolhimento, compreensão, respaldo e incentivo prestados nos momentos finais de escrita.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea (UNIFA), pela atenção, incentivo e por compartilharem seu conhecimento e ideias para a elaboração deste trabalho.

Aos colegas da UNIFA, Turma 2016, com quem pude compartilhar ricos momentos de companheirismo, debates, incentivos e troca de conhecimento. Com certeza não seremos os mesmos depois de termos vivido esse processo.

Aos profissionais/especialistas e acadêmicos que participaram da pesquisa de campo, sem os quais este trabalho não teria encontrado êxito. Obrigada pela disponibilidade em contribuir com esta investigação.

Aos Professores Doutores Gunther Rudzit e Héctor Luis Saint-Pierre, autores que trouxeram luz a esta pesquisa e inspiraram minha escrita, trazendo entusiasmo para que eu inicie novas investigações. Queridos professores, agradeço a dedicação e o tempo investidos neste trabalho. É uma grande honra ter os senhores compondo esta Banca de Defesa de Mestrado.

À Professora Doutora Marta Maria Telles, minha orientadora e parceira incansável, que acolheu o desafio de ombrear comigo esta pesquisa abrindo caminho para diversas reflexões. Obrigada pelo profissionalismo, dedicação, cuidado e amizade.

Ao meu marido, Luís Cláudio, agradeço cada sorriso, carinho, gesto de apoio e compreensão demonstrados nas intermináveis noites, fins de semana, feriados e férias de muito estudo. Meu Lindo, você aceitou o desafio de trilhar comigo este caminho do conhecimento e sempre me fez acreditar que conseguiria alcançar meu objetivo. Amo você!

Agradeço a Deus pela oportunidade de experimentar o universo da pesquisa científica, que expandiu meus horizontes resignificando as responsabilidades que a Educação abarca no processo de desenvolvimento do País.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Paulo Freire.

RESUMO

BORGES CAMILO, M. D. **Consciência para a Defesa Nacional**: políticas públicas na Educação Básica. 2018. 108f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais - Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2018.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Educação, para a consciência de Defesa Nacional no âmbito da Educação Básica. Para atingir esse objetivo, considera-se a Defesa Nacional analisando-se o envolvimento da sociedade nos assuntos relativos à defesa do País, bem como aproximando-a do conceito de segurança. Considera-se, ainda, os conceitos de política, política pública e discute-se a política de defesa na perspectiva de uma política de governo e de uma política de Estado. Discute-se, ainda, a importância da educação, em especial, da Educação Básica na formação do cidadão, e a relevância do currículo nesse contexto. Assim, reflete-se sobre a educação como vetor para a difusão da consciência de defesa, considerando a cidadania como parte importante nesse processo. Para atingir seu objetivo, este estudo envolveu a pesquisa de campo, em que foi aplicada a técnica de entrevista semiestruturada com 13 profissionais que atuam no Ministério da Educação, no Ministério da Defesa e em Universidades. Os resultados apontam que, na perspectiva dos entrevistados, a sociedade não tem consciência sobre a relevância da Defesa Nacional e não compreende a educação enquanto caminho importante para que essa conscientização seja alcançada. Conclui-se que, até o presente momento não foi constatada nenhuma política pública desenvolvida pelo Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Educação, para trabalhar a consciência de Defesa Nacional, no âmbito da Educação Básica, de modo a contribuir para a formação da criança e do jovem, futuro cidadão, para o tema da Defesa Nacional.

Palavras-Chave: Consciência de Defesa Nacional. Políticas Públicas. Educação Básica.

ABSTRACT

BORGES CAMILO, M. D. **National Defense conscience**: public policies in Basic Education. 2018. 108f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais - Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2018.

This dissertation aims to analyze the public policies developed by the Ministry of Defense in partnership with the Ministry of Education, for the awareness of National Defense in the Basic Education. To achieve this goal, the National Defense is considered in an analysis of the involvement of society in matters related to the country's defense, as well as approaching the idea of defense to the concept of security. It is also considered the concepts of politics, public policy and it is discussed the defense policy in the perspective of a policy of government and a policy of State. This work also discusses the importance of education, especially Basic Education in citizen training, and the relevance of the curriculum in this context. Thus, this research reflects on education as a vector for the diffusion of the defense conscience, considering the citizenship as an important part in this process. This study involved the field research, in which the semi-structured interview technique was applied with 13 professionals who work in the Ministry of Education, the Ministry of Defense and in Universities. The results indicate that, from the perspective of the interviewees, society is not aware of the relevance of National Defense and does not understand education as an important way for this awareness to be achieved. It is concluded that, up to the present moment, no public policy developed by the Ministry of Defense, in partnership with the Ministry of Education, has been established to work on National Defense awareness in the Basic Education field, in order to contribute to the formation of the child and the young person, future citizen, to the theme of National Defense.

Keywords: National Defense Conscience. Public Policy. Basic Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Categorias e subcategorias de análise.....	74
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Organização da educação no Brasil	59
Quadro 2: Perfil profissional dos entrevistados	73
Quadro 3: Elementos que afastam a sociedade da defesa	80
Quadro 4: Papel da sociedade na Defesa	83
Quadro 5: Preparação da sociedade para a defesa	87
Quadro 6: Defesa Nacional e o Currículo da Educação Básica.....	92
Quadro 7: Papel do MD	96
Quadro 8: Interface MD e MEC.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS

Abed.	Associação Brasileira de Estudos de Defesa
BNCC.	Base Nacional Comum Curricular
Capes.	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF.	Constituição Federal
CNE.	Conselho Nacional de Educação
Consed.	Conselho Nacional dos Secretários de Educação
Depens.	Departamento de Ensino
Dicoop.	Divisão de Cooperação
ED.	Estratégia de Defesa
EGN.	Escola de Guerra Naval
END.	Estratégia Nacional de Defesa
ESG.	Escola Superior de Guerra
FA.	Forças Armadas
Inest.	Instituto de Estudos Estratégicos
LDB.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LBDN.	Livro Branco de Defesa Nacional
MD.	Ministério da Defesa
MEC.	Ministério da Educação
PCN.	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDN.	Política de Defesa Nacional
PEnsD.	Política de Ensino de Defesa
PND.	Política Nacional de Defesa
PRÓ- Defesa.	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional
PRÓ- Estratégia.	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional
Profesp.	Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte
PUC Goiás.	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SAE.	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SEB.	Secretaria de Educação Básica
SEEDF.	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SePeSD.	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto
SIPS.	Sistema de Indicadores de Percepção Social
UFF.	Universidade Federal Fluminense
UnB.	Universidade de Brasília
Undime.	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação
UNIFA.	Universidade da Força Aérea

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE DEFESA NACIONAL	31
1.1 A sociedade e a Defesa Nacional	31
1.2 Defesa, uma questão Nacional	37
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA	44
3 A EDUCAÇÃO BÁSICA E A CONSCIÊNCIA DE DEFESA NACIONAL	58
3.1 O papel da Educação Básica para a formação do cidadão	58
3.2 A Educação e a Defesa Nacional	64
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
4.1 O campo de investigação	67
4.2 Levantamento dos dados	68
4.3 Preparação dos dados	70
4.4 Categorização dos dados	70
5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS	72
5.1 Perfil dos entrevistados	72
5.2 Categorias de análise	74
5.2.1 Sociedade e Defesa Nacional	75
5.2.2 Educação Básica e Defesa Nacional.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A - CARTA DE INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	117
APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS SUJEITOS DA PESQUISA	118
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121

INTRODUÇÃO

No final dos anos 1990, no Brasil e em grande parte da América do Sul, assuntos relacionados à Defesa Nacional passaram a estar mais presentes nas discussões políticas, econômicas e acadêmicas, ganhando destaque no cenário político, o que pode ser constatado pelas discussões do tema por especialistas, civis e militares, e por instituições não governamentais. Essa iniciativa culminou na elaboração de projetos de Defesa Nacional, conciliáveis à agenda democrática, assim como na edição dos Livros Brancos de Defesa Nacional (LBDN) e, principalmente, nos debates que os governos têm promovido sobre Defesa Nacional (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007).

Além do lançamento, em 2012, do LBDN, Marques e Fuccille (2015) citam outras iniciativas que colaboraram para essa repercussão dos debates acerca da Defesa Nacional e, entre elas, está a elaboração, em 1996, da primeira Política de Defesa Nacional (PDN), a criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, a revisão da PDN, em 2005, e a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008. Destacam-se também, no ano de 2005, a criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed), e, no ano de 2012, a revisão da END e da PDN - que passa a ser chamada de Política Nacional de Defesa (PND).

Como exemplo de tais iniciativas, a ex-presidente Dilma Rousseff, em mensagem retirada do LBDN (BRASIL, 2013a), afirma aos brasileiros que o envolvimento civil e o conhecimento, por parte da sociedade, sobre os temas relacionados à Defesa Nacional é fundamental para o fortalecimento do País. Segundo Dilma Rousseff, a publicação do LBDN (BRASIL, 2013a, p. 7) “[...] contribui para o amadurecimento da reflexão pública sobre o papel indispensável da defesa no Brasil do presente e do futuro”. Vale destacar que o LBDN visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania.

O pronunciamento da ex-presidente encontra sua base legal na PND (BRASIL, 2013b), a qual estabelece os objetivos da Defesa Nacional e orienta os setores civil e militar sobre como alcançá-los. Entre tais objetivos, destaca-se, nesta

pesquisa, o oitavo objetivo nacional de defesa: “conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País” (BRASIL, 2013b, p.31). Vale salientar que a última versão da PND propôs a modificação no texto do oitavo objetivo da Defesa Nacional para “ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional” (BRASIL, 2016, p.13)¹.

Outro documento que merece ser destacado é a END (BRASIL, 2013b), aprovada por meio do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), a qual traça ações estratégicas para assegurar que os objetivos nacionais de defesa, instituídos na PND (BRASIL, 2013b), sejam atingidos. Como forma de difundir a consciência de defesa no meio da sociedade brasileira, a END (BRASIL, 2013b, p.148) propõe:

[p]romover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, através, entre outros, de convênios com Instituições de Ensino Superior e do fomento à pesquisa nos assuntos de defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa.

Observa-se que o governo brasileiro, por meio do Decreto nº 7.274, de 25 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa (PEnsD) (BRASIL, 2010), propõe a promoção de estudos de assuntos de defesa e a formação de civis nessa área, conforme preconizado no artigo 3º desse Decreto, que tem como o objetivo geral “[...] incrementar o estudo de temas de interesse da defesa nacional no âmbito da sociedade, em particular no meio acadêmico, capacitando recursos humanos, conforme as necessidades dessa área”.

Ainda, segundo a PND/END (BRASIL, 2013b, p.149), o MD manterá a PEnsD (BRASIL, 2010) com as seguintes finalidades:

- acelerar o processo de interação do ensino militar, em particular no nível de Altos Estudos, atendendo às diretrizes contidas na primeira parte da presente Estratégia; e
- capacitar civis e militares para a própria Administração Central do Ministério e para outros setores do Governo, de interesse da Defesa.

¹ Em cumprimento ao previsto na Lei Complementar (LC) nº97/1999, alterada pela LC nº136/2010, as minutas da PND, da END e do LBDN, correspondentes ao período 2017/2020, foram encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional, em novembro de 2016.

Diante disso, é possível observar que a PND e a END (BRASIL, 2013b), o LBDN (BRASIL, 2013a) e a PEnsD (BRASIL, 2010), documentos coordenados e emitidos pelo MD, apontam que o tema da Defesa Nacional precisa ser disseminado na sociedade, no entanto, enfatizam, em suas orientações, que a realização dos estudos acerca dessa temática ocorra no meio acadêmico. Assim, a PEnsD (BRASIL, 2010) e os documentos norteadores sobre a Defesa Nacional parecem refletir um esforço do Estado no sentido de estimular o estudo, bem como iniciativas conjuntas que influenciem o conhecimento sobre a Defesa Nacional, priorizando as instituições de ensino civis e militares da Educação Superior.

O que instigou esta pesquisa, iniciada em março de 2016, foi o interesse em verificar incentivos aos estudos de defesa na Educação Básica, visto que a escola “[...] por seus conteúdos, por suas formas e sistemas de organização, introduz progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer” (GÓMEZ, 1998, p.13). Essa ideia vai ao encontro da afirmação de Zanella (2008, p. 89) de que “o espaço da sala de aula é importante e não pode ser negligenciado, pois pode constituir-se como fórum de discussão, de embate, de explicitação das contradições, de reconhecimento das condições em que vivemos [...]”.

Considerando-se o Decreto n° 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que em seu artigo 2º dispõe que “os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional” (BRASIL, 2008), cuja relevância encontra-se em se identificar como se dá o diálogo entre o MD e o MEC para a conscientização da sociedade sobre o papel indispensável da Defesa Nacional e para a definição de ações orientadoras de ambos os Ministérios também no âmbito da Educação Básica.

Assim, a experiência como pedagoga e professora de Educação Básica², o envolvimento em discussões para a construção do Currículo de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), a colaboração na elaboração das Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para

² Neste ponto, a pesquisadora se refere especificamente à sua experiência pessoal.

as Aprendizagens da SEEDF, o acompanhamento dos debates da nova Base Nacional Comum Curricular e, mais recentemente, as polêmicas em torno da reformulação do currículo do Ensino Médio, estimularam e continuam estimulando a reflexão sobre a educação como agente de transformação da consciência social.

Em novembro de 2016, houve o encaminhamento ao Congresso Nacional de uma nova proposta de PND, END e LBDN, para o período compreendido entre os anos de 2017 e 2020. Diferentemente dos anteriores documentos norteadores sobre a Defesa Nacional do Brasil, no que concerne à educação, essa última versão apresenta, pela primeira vez, a Educação Básica como um veículo para a promoção da consciência para a Defesa Nacional na sociedade.

A relevância dessa conscientização pode ser observada nas palavras de Saint-Pierre (2016)³, em aula ministrada na Universidade da Força Aérea (UNIFA), que defendeu a ideia de que a sociedade precisa conscientizar-se de que é responsável pela defesa. Segundo o autor, quando o cidadão brasileiro compreender que “sem defesa não há educação, não há cultura, não há liberdade” e, por conseguinte, também não há saúde e nem segurança, ele poderá ser capaz acompanhar as discussões sobre o tema e, assim, exigir do Estado políticas públicas de defesa para o fortalecimento da Defesa Nacional.

Nesse sentido este estudo se insere na Linha de Pesquisa Poder Aeroespacial Brasileiro, Segurança e Defesa, da UNIFA, devido a sua abordagem das políticas públicas relacionadas à Defesa Nacional, e vai também ao encontro do tema “Ensino Militar e Ensino de Defesa” proposto no Núcleo Temático Emprego do Poder Aeroespacial de tal Universidade.

Esta investigação busca, então, responder ao seguinte questionamento: Quais políticas públicas de Defesa Nacional são desenvolvidas pelo MD, em parceria com o MEC, na Educação Básica?

³ Aula ministrada no dia 16 de setembro de 2016, por Héctor Luis Saint-Pierre, no Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais, da Universidade da Força Aérea (UNIFA) durante a disciplina Pensamento Estratégico Militar Contemporâneo.

Dessa maneira, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: que documentos oficiais tramitados no MD e no MEC apontam a interface entre esses Ministérios em relação à Educação Básica? Que ações orientadoras são desenvolvidas pelo MEC e pelo MD, no âmbito da Educação Básica, em prol da Defesa Nacional? Como os profissionais/especialistas da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC e da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SePeSD) do MD, os acadêmicos estudiosos da Defesa Nacional se posicionam em relação a Defesa Nacional na Educação Básica? Como esses mesmos profissionais/especialistas e acadêmicos entendem a participação da sociedade nos assuntos relacionados à Defesa?

De tal modo, esta dissertação tem por objetivo geral analisar as políticas públicas desenvolvidas pelo MD, em parceria com o MEC, para a consciência de Defesa Nacional no âmbito da Educação Básica.

Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos específicos que, no conjunto, respondem para o cumprimento do objetivo geral: identificar documentos oficiais e/ou ações que sinalizem a interface entre o MD e o MEC em relação à Educação Básica; identificar ações orientadoras desenvolvidas entre o MEC e o MD, que cooperam para a Defesa Nacional no âmbito da educação básica; investigar junto aos profissionais/especialistas da SEB do MEC, da SePeSD do MD e acadêmicos de programas de pós-graduação, que estudam a Defesa Nacional, o posicionamento em relação ao tema Defesa Nacional ser tratado no âmbito da Educação Básica; e investigar como esses mesmos profissionais/especialistas e acadêmicos entendem a participação da sociedade nos assuntos relacionados à defesa.

A fim de que a consciência de defesa seja difundida na sociedade, entende-se que se faz necessária a interface entre o MD e o MEC, de maneira que ambos estabeleçam, em suas propostas, ações que conduzam a políticas públicas relacionadas à Defesa Nacional na educação. De fato, tal interface já existe junto às universidades, aos institutos e às entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa, por meio dos Programas de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa) e Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos (Pró-Estratégia). Compreende-se

que essa mesma cooperação existente entre o MD e o MEC na Educação Superior poderia estender-se também à Educação Básica, com o intuito de se intensificar a promoção da cultura de Defesa Nacional, aumentando, dessa forma, sua visibilidade junto à sociedade brasileira.

Este trabalho se estrutura em cinco capítulos, além de suas partes introdutória e conclusiva: o Capítulo 1 tece considerações sobre a Defesa Nacional e a reflexão sobre possíveis fatores que dificultam o entendimento, pela sociedade, da importância da defesa e do papel que lhe compete. Em seguida, discute-se a necessidade da defesa diante da convivência em um mundo de incertezas, onde a garantia da sobrevivência apresenta-se como condição relevante.

O Capítulo 2 aborda os temas política, política pública e discute a política de defesa na perspectiva de uma política de governo e de uma política de Estado.

No Capítulo 3 discute-se a importância da educação, em especial, da Educação Básica, na formação do cidadão, e discorre-se sobre a relevância do currículo no projeto de educar. Nesse capítulo, reflete-se, ainda, sobre a educação como vetor para a difusão da consciência de defesa, considerando a cidadania como parte importante nesse processo.

O Capítulo 4 descreve o percurso metodológico deste estudo, contemplando, a pesquisa de campo - a amostra, a coleta de dados – a aplicação da técnica de entrevista semiestruturada, e as etapas para o tratamento dos dados.

O Capítulo 5 apresenta a discussão dos resultados e delinea o entendimento dos profissionais/especialistas e acadêmicos da interface existente entre o MD e o MEC em prol da educação para a Defesa Nacional, no âmbito da Educação Básica.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE DEFESA NACIONAL

Este Capítulo traz considerações sobre Defesa Nacional focalizando, primeiramente, a reflexão sobre possíveis fatores que dificultam o entendimento, por parte dos cidadãos, da importância da defesa e do papel que lhes compete em relação à promoção da Defesa Nacional. Em seguida, é discutida a necessidade da defesa diante da convivência em um mundo de incertezas, onde a garantia da sobrevivência apresenta-se como condição relevante.

1.1 A sociedade e a Defesa Nacional

A Defesa Nacional, conforme afirma Oliveira (2006), é fundamental para salvaguardar o Estado democrático de direito. No entanto, o autor chama atenção para ao desinteresse da sociedade brasileira em relação ao debate sobre esse tema. Winnand e Saint-Pierre (2010) alertam que essa falta de interesse e de conhecimento abre caminho para as Forças Armadas (FA) preencherem o espaço vazio deixado pela sociedade civil e parlamentares ante as decisões políticas de defesa, causando o enfraquecimento do controle civil sobre os militares e debilitando o regime democrático.

De acordo com Saint-Pierre (2016)⁴, para pensar sobre como conscientizar a sociedade civil brasileira para a Defesa Nacional é preciso refletir sobre dois pontos: 1) como preparar o civil para ser inserido na Defesa, e 2) como preparar a sociedade para a Defesa.

O autor esclarece que o trabalho de preparar civis especialistas em Defesa Nacional já está sendo realizado nos institutos que desenvolvem estudos nessa área. Quanto a preparar a sociedade para a Defesa Nacional, afirma que esse tema está relacionado ao entendimento da “importância social da defesa” e sobre “qual é o papel que compete à sociedade na defesa”. Saint-Pierre explica também que, em primeiro lugar, “a sociedade precisa compreender que ela é responsável pela defesa” e que,

⁴ Aula ministrada no dia 16 de setembro de 2016, por Héctor Luis Saint-Pierre, no Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais da UNIFA, na disciplina Pensamento Estratégico Militar Contemporâneo.

“assim como o cidadão deve saber sobre a importância da saúde, ele também tem que saber qual é a importância da defesa”. Ainda segundo o mesmo autor, “sem defesa não há educação e não há cultura”. Para ele, a defesa é um direito da sociedade, mas também é um dever.

Partindo das constatações de Oliveira (2006) e de Saint-Pierre (2016), quanto à reflexão de como preparar a sociedade para a defesa, cabe considerar os fatores que dificultam o entendimento, pela sociedade, da importância da defesa e o papel que lhe compete em relação a esse tema. Assim, buscou-se na literatura abordagens de diferentes autores, que serão discutidas a seguir, e que podem apontar indícios dos fatores intervenientes e oportunizar esse entendimento.

O primeiro elemento a ser destacado vem da percepção de Oliveira (2006, p.1) sobre a Defesa Nacional, ao considerar que “ora ela é vista como coisa de militares, ora como resquício de regime autoritário”. Gonçalves (2012) reafirma essa ideia considerando que um dos motivos que leva ao afastamento da sociedade dos debates sobre assuntos relacionados à defesa é o equívoco em se pensar que esse tema diz respeito apenas aos militares.

No mesmo sentido de Oliveira (2006), pode-se fazer uma retrospectiva às décadas de 1960 e 1970, época em que muitos países da América Latina vivenciaram regimes ditatoriais (MARQUES; FUCCILLE, 2015), inclusive o Brasil, cuja ditadura remete à lembrança, por exemplo, de violações dos direitos humanos e perseguições políticas a seus opositores. Esse contexto histórico e político adverso de repressão vivenciado marcou a vida de muitos brasileiros e tal argumento parece razoável na medida em que o cenário repressivo inibiu e os distanciou de assuntos relacionados às questões nas quais os militares estivessem envolvidos.

Darc Costa (2012) alerta para a necessidade de que esse debate não permaneça exclusivamente no âmbito militar, assim como Gunther Rudzit (2012), que considera que assuntos sobre defesa e segurança precisam ser melhor assimilados pela sociedade, pois extrapolam as FA e os militares. Para o diplomata Alsina Junior (2012), essa discussão sobre a política de defesa ainda carece de atenção, porque, “enquanto a sociedade em geral e as elites em particular não encararem de forma

madura a questão, o país continuará atolado em terreno pantanoso” (ALSINA JUNIOR, 2012, p.78).

Outro elemento que pode vir a influenciar o distanciamento da sociedade para as questões relacionadas à defesa refere-se à aparente ausência de conflitos externos. Esse fato encontra amparo nas palavras de Motta, Schmitt e Vasconcelos (2016, orelha do livro, grifo do autor) ao elucidarem que “o Brasil, afastado de conflitos bélicos há tempos, se acostumou a relacionar o termo ‘defesa’ aos momentos de guerra e a percebê-los como interesse meramente militar”. A mesma preocupação se reflete na END (BRASIL, 2013b, p.43):

[n]ão é evidente para um País que pouco trato teve com guerras, convencer-se da necessidade de defender-se para poder construir-se. [...]. Os recursos demandados pela defesa exigem uma transformação de consciências, para que se constitua uma estratégia de defesa para o Brasil.

Nesse sentido, Saint-Pierre (2006, p. 3-4) previne “[...] que mesmo os Estados imbuídos das mais nobres intenções pacifistas e de cooperação encontram-se impossibilitados de confiar totalmente em seus parceiros”. Frente a um ambiente internacional imprevisível, o autor chama atenção quanto aos países prepararem sua defesa, reforçando, assim, a necessidade de transformação de consciência apresentada na END (BRASIL, 2013b).

Nascimento (2011, p.7) observa que “no caminhar histórico, o Brasil tem construído seus Objetivos Nacionais com base nos valores axiológicos culturalmente consolidados, que enseja ao país uma vocação pacífica [...]”. Portanto, para “que o Brasil atribua um lugar e uma atenção adequados à defesa nacional na plena vigência do regime democrático” (OLIVEIRA, 2006, p.1) é preciso haver uma reflexão sobre qual identidade se pretende formar para o Brasil.

Assim, o terceiro elemento que afasta a sociedade civil da compreensão sobre as questões da Defesa Nacional observado remete à questão de identidade nacional, ou seja, trata-se da identificação do brasileiro no sentido de pertencimento ao País. Stuart Hall (2006) explica que identidade nacional não é algo com que o indivíduo nasce, mas é algo que vai se formando e se transformando à medida que o

sujeito se insere no meio social. A cultura, as crenças e os valores são difundidos na relação com o outro, no contato com os grupos sociais e, nas interações em sociedade, o sujeito ressignifica seus conhecimentos e cria a sua própria representação do que é ser brasileiro. A partir dessa visão, o autor estabelece um paralelo entre identidade nacional e nação:

[s]egue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - *um sistema de representação social*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *idéia* [sic] da nação tal como representada em uma cultura nacional (HALL, 2006, p.49, grifo do autor).

Para Cecília Marques e Eliane Domingues (2014, p.1) a identidade nacional pode ser entendida como “[...] sentimento de pertença a um país e também como o conjunto de características próprias de uma nação, nas quais seu povo se reconhece”. Tal sentido de pertença é definido por Michel Debrun (1999) como o consenso que mobiliza os indivíduos à participação coletiva. Contudo, no Brasil, em virtude das desigualdades sociais e das crises econômica e política, o discurso nacional não se aproxima das necessidades e aspirações das classes populares. Uma vez que a população está insatisfeita com as ações do Estado, diminuem a vontade e a capacidade de se tomar iniciativas ou de se participar dos assuntos relacionados ao País, conforme avalia o autor.

A falta de participação em tais assuntos e a aparente inexistência de ameaças externas acabam afastando o cidadão das discussões relativas à Defesa Nacional, levando-o a se preocupar sobretudo com situações imediatas que estão presentes em seu dia, como saúde, educação, emprego, moradia, segurança pública (ALMIR JUNIOR; EDSON FILHO; MORAES, 2014). Essa realidade gera a falta de consenso quanto a matérias importantes, e “nessas condições o *discurso nacional tende* a se esgotar em si mesmo e nas vontades ou práticas de poder que lhe são associadas” (DEBRUN, 1999, p.40-41, grifo do autor).

Segundo Hall (2006), a concepção de identidade nacional, empregada no discurso nacional na abordagem de questões relacionadas à origem, aos costumes e às tradições e na percepção de um povo original, era uma estratégia utilizada pelo Estado moderno para manter sua ordenação e a coesão dos indivíduos. A formação

de uma identidade nacional e de um sentimento de fidelidade à nação constituía uma fonte de poder. Porém, é questionável a existência de uma identidade nacional única, pois grande parte das nações foram formadas por diferentes culturas, etnias, raças e classes. As culturas nacionais “são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2006, p.62).

A globalização na pós-modernidade é outro argumento trazido por Hall (2006) para abordar a identidade nacional, pois ela transpõe fronteiras territoriais, conectando e oportunizando a integração das comunidades. Para o autor, as culturas nacionais ficam abertas e ao alcance de influências externas e isso pode causar uma fragmentação das identidades nacionais e a formação de novos vínculos e novas identificações. No entanto, diferentemente do ponto anterior, essa globalização também pode reforçar a identidade nacional local, pois, no intuito de resgatar as tradições e perpetuar o que é original e étnico de um povo, ela pode causar um efeito contrário.

Por isso, Marques e Domingues (2014) explicam que a evolução histórica vai lapidando e trazendo marcas que caracterizam o perfil de um povo. Nesse caminho, considerando-se o contexto histórico e social, é possível compreender que a identidade não é algo estático, mas está em constante transformação, em metamorfose (CIAMPA, 1984). Nesse sentido, pensando em um sujeito contemporâneo envolvido em uma sociedade imersa na diversidade cultural e em um mundo de possibilidades e constantes mudanças, para construir a identidade nacional, cabe ao brasileiro elaborar suas próprias reflexões, a partir do olhar da sua história e das suas representações, resgatando seus princípios, crenças, valores e ideologias, e passando a se reconhecer “[...] através de seus próprios olhos, e não somente com olhos estrangeiros” (MARQUES; DOMINGUES, 2014, p.468).

Finalmente, o quarto fator que dificulta a compreensão do brasileiro em relação ao seu envolvimento com a Defesa Nacional reside na relação entre a sociedade e o Estado. Amparado na Constituição Federal de 1988, o Estado democrático de direito está vinculado ao querer e ao agir de seus cidadãos que, segundo Macedo (2014, p.1), “expressam sua liberdade de associação, opinião,

debates e manifestação no espaço público, a fim de participar das decisões de Governo e fiscalizar seu exercício em prol da sociedade.”

Oliveira (2005) chama atenção para a necessidade de o indivíduo tomar decisões pensando no bem comum da sociedade. Isso quer dizer que exercer a cidadania significa ter direitos, e também deveres e compromissos com o País. No entanto, na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães⁵ (1988) diz que “[...] só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa”.

Nesse sentido, não parece possível debater sobre a cidadania e sobre a participação nos assuntos relacionados à Defesa Nacional sem pensar no cenário político, econômico e social atual e nas condições da sociedade. Tal perspectiva, no contexto brasileiro, reflete situação contrária àquela traçada por Ulysses Guimarães, em que, em uma democracia almejada, o indivíduo tem condições de exercer a plena cidadania. Para Solt (2008, p. 390 *apud* BAQUERO, 2008, p. 48), por exemplo, “a desigualdade econômica deprime o interesse, a discussão e a participação política, particularmente dos setores mais pobres”.

Diante de tais questões, o Estado precisa assegurar condições para que os cidadãos efetivamente se reconheçam como tal, e, a partir disso, possam entender como um dever a sua responsabilidade na participação ativa nos interesses do País.

Diante de tais discussões, foi possível verificar que os vestígios do regime militar, a aparente ausência de conflitos externos, a identidade nacional e a relação sociedade e Estado podem ser apontados como elementos intervenientes na aproximação da sociedade com os assuntos relativos à Defesa Nacional. Então, equacionar a escassa participação da sociedade brasileira diante da importância da defesa na garantia da soberania e dos interesses nacionais é postura necessária. Nesse sentido, a subseção seguinte traz considerações de alguns teóricos da defesa

⁵ Discurso do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, em 05 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição Federal.

sobre as relações entre os Estados e as incertezas da contemporaneidade, discorrendo sobre os conceitos de segurança e defesa.

Considerando o objetivo desta pesquisa, cabe esclarecer que o conceito de segurança é apresentado em virtude de sua relação com a defesa, não existindo a pretensão de se aprofundar a discussão a seu respeito.

1.2 Defesa, uma questão Nacional

Importar-se com os assuntos de Defesa Nacional parece oportuno ao se considerar, a partir da visão estratégica da END (BRASIL, 2013b, p. 41), que “o crescente desenvolvimento do Brasil deve ser acompanhado pelo aumento do preparo de sua defesa contra ameaças e agressões”. O LBDN (BRASIL, 2013a, p. 29) corrobora essa necessidade de preparo, a fim de que o País tenha “[...] seus recursos preservados, sua palavra ouvida, sua posição respeitada e sua tradição pacífica salvaguardada.”

Nesse sentido, Saint-Pierre (2015, p. 34) explica que “existe a Defesa como estrutura institucional do Estado, porque este se encontra alojado em um mundo imprevisível porque não há nele uma normativa que obrigue a todos os Estados que nele se encontram”. O autor quer dizer que não existe uma legislação internacional que garanta que um Estado não venha a atacar outro Estado. Dessa forma, a falta de normatização causa uma indefinição quanto ao convívio entre eles, aumentando a possibilidade de conflitos interestatais. Por isso, nas palavras do autor:

[...] cada unidade política precisa calcular as capacidades dos seus vizinhos e a probabilidade de que algum deles se encaminhe pelo caminho de uma aventura militar que coloque em risco a autonomia da sua decisão, daí que se imponha o cálculo estratégico como forma inteligentemente precavida de sobreviver num mundo incerto onde o “outro” pode se constituir numa ameaça (SAINT-PIERRE, 2015, p.34).

Portanto, a razão da defesa consiste no fato de que os Estados estão inseridos em um mundo instável e precisam sobreviver (SAINT-PIERRE, 2006; 2007; 2015). Em consonância com essa questão, Manuel Domingos Neto (2014, p.10) explica que a preocupação com a defesa do País justifica-se uma vez que o "contexto

internacional em que o Brasil assenta seus anseios de desenvolvimento democrático, socialmente justo e soberano, é tensionado por largo espectro de incertezas.”

As palavras do ex-ministro da Defesa Geraldo Magela da Cruz Quintão⁶ reafirmam as ideias de Saint-Pierre (2006; 2007; 2015) e Domingos Neto (2014) ao advertir que:

[...] a ausência hoje de inimigos não significa que os mesmos não venham a se materializar de forma mais evidente no futuro. E enquanto não se delinear uma ordem mundial menos incerta, a maioria das nações, inclusive as mais armadas, tenderá a manter uma atitude de prudência na reformulação das organizações militares (QUINTÃO, 2000 *apud* SAINT-PIERRE, 2006, p.15).

A esse respeito, Ferreira e Silva Junior (2014) realizaram um estudo que mostra que, mesmo não havendo conflitos interestatais na América do Sul, há algumas décadas existe um nível de instabilidade que precisa ser observado, pois “[...] não vivemos necessariamente em uma zona de paz” (FERREIRA; SILVA JUNIOR, 2014, p.204). Um exemplo dessa constatação é um levantamento realizado por Fuccille (2014), quanto à posição do Brasil diante da conjuntura sul-americana:

[f]alar de Brasil no contexto sul-americano implica, necessariamente, falar em números grandiosos: 48% da área total do subcontinente, 50% de sua população, 59% de sua economia/PIB (detendo cerca de 75% da base industrial e 2/3 de sua agricultura), 42% da produção de petróleo, quase 3/4 dos desembolsos voltados à infraestrutura da integração regional, entre outros indicadores igualmente superlativos. Tais cifras certamente impactam e obrigam-nos a olhar com mais vagar a questão da permanência e mudança na arquitetura de segurança e defesa do subcontinente na presente época (FUCCILLE, 2014, p.112).

Consequentemente, “a persistência desses focos de incertezas é, também, elemento que justifica a prioridade à defesa do Estado, de modo a preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência” (BRASIL, 2013b, p.22). Assim, o cenário apresentado parece refletir a necessidade de se conscientizar a sociedade brasileira para a importância da defesa. Nesse caminho, pensar sobre a Defesa Nacional implica compreender os conceitos de **defesa** e **segurança**, pois, como explica Rudzit (2012, p.77), “há uma grande confusão na sociedade sobre o que é

⁶ Discurso realizado aos alunos do Instituto Rio Branco, responsável por formar os diplomatas no Brasil (SAINT-PIERRE, 2007). Geraldo Magela da Cruz Quintão foi ministro da Defesa no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 24 de janeiro de 2000 até 1 de janeiro de 2003.

segurança e o que é defesa, surgida a partir da Constituição de 1988, que retirou o capítulo de Segurança Nacional e introduziu o de Defesa Nacional.”

Em busca do entendimento desses conceitos, Barradas (2015) fez um levantamento de teóricos e pesquisadores que se dedicam a esse estudo, bem como de documentos normativos relativos às duas temáticas. Primeiramente, segundo a autora, é preciso haver uma compreensão de que o alicerce para qualquer assunto que se deseja tratar são os conceitos. Para tanto, a autora traz a concepção de Saint-Pierre (2011, p.409):

[...] os conceitos são ferramentas epistêmicas que não necessariamente precisam se ajustar aos acontecimentos, mas que são construídos para permitir uma aproximação aos mesmos com o objetivo de compreendê-los, explicá-los e, eventualmente, operar sobre eles. Por isto, a principal virtude de um conceito é sua potencialidade analítica. “Análise” é uma palavra grega que significa “separar”, “dissolver”, “diluir” uma substância, processo ou tópico complexo em seus elementos constituintes.

Ao refletir sobre a defesa como objeto, levando em conta a evolução histórica do seu conceito, Saint-Pierre (2013) explica que é preciso considerar duas possibilidades de pensamento: o pragmático e o epistêmico. O primeiro, é “[...] preocupado com o resultado do pensar, motivado e orientado para um resultado operacional [...]” e o segundo, o epistêmico, constitui “[...] pensamento desinteressado pela aplicabilidade do seu resultado e apenas atento à verdade, cujo resultado constitui a episteme” (SAINT-PIERRE, 2013 *apud* BARRADAS, 2015, p.14).

Dependendo do contexto em que está inserida, a defesa pode ser pensada de forma pragmática e epistêmica:

[u]m homem de ação, um líder político, que tem a urgência própria da necessidade governamental de decidir, ou o militar que necessita de uma resposta operacional para agir, ambos “aperfeiçoam-se na reflexão pragmática para não errar na sua deliberação.” Sobre o pensar epistêmico, o autor afirma que “a Defesa apresenta outro comportamento quando é objeto da curiosidade epistêmica do cientista com sua abordagem sistemática e desinteressada pelos resultados práticos ou que levem à ação.” Em ambos os casos, o autor ressalta que “[...] tanto a guerra quanto a Defesa são idênticas em si mesmo, apenas *mostram-se* diferentes em relação ao particular interesse que guia a reflexão sobre elas: ora como objeto de explicação, ora como objeto de incidência da ação” (SAINT-PIERRE, 2013, p.65, grifo do autor, *apud* BARRADAS, 2015, p.14).

Dada a possibilidade de se pensar a defesa sob as óticas epistêmica e pragmática, ainda não há, entre os pesquisadores, um entendimento comum acerca do seu conceito (BARRADAS, 2015). Assim, diferentes abordagens são defendidas por acadêmicos, e definidas nos documentos normativos brasileiros. Entretanto, ao se debruçar sobre essas distintas abordagens, observa-se que junto às discussões sobre a defesa estão também as discussões sobre a segurança. Assim, vale discorrer sobre ambos os conceitos, considerando-se que esses diferentes olhares trazem riqueza aos debates, onde se constrói o conhecimento.

Considerando-se as óticas pragmática e epistêmica de conceituação de defesa e segurança tratadas por Saint-Pierre (2013), parte-se da abordagem pelo viés pragmático contida na PND (BRASIL, 2016).

[...] Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do País” (p. 17).

[...] a Política Nacional de Defesa atua no sentido de contribuir para a percepção de um estado de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (BRASIL, 2016, p. 5)

Nessa perspectiva, Ferreira Neto (2014) aborda em seus estudos que a defesa é a ação de neutralizar ou diminuir ameaças, enquanto a segurança é uma sensação, uma percepção contra ameaças. Segundo o autor, “tradicionalmente, costuma-se adotar a dualidade sensação-ação para diferenciar os termos Segurança e Defesa” (FERREIRA NETO, 2014, p.4). A esse respeito, Costa (2012, p.78) explica que “segurança é um estado, defesa é um ato”. As perspectivas de ambos os autores são semelhantes e corroboram os conceitos da PND (BRASIL, 2016).

Visto pela ótica epistêmica, a abordagem de Vergottini (1998, p.315) sobre os conceitos segurança e defesa, é trazida por Barradas (2015, p.14-15):

[a] situação de estabilidade do sistema institucional e de desenvolvimento ordenado da coletividade nacional no quadro dos princípios constitucionais, originariamente englobados num ordenamento, identifica-se com a sua segurança [...]. Em relação a ela, o conceito de Defesa assume um significado estritamente instrumental, que compreende todas as modalidades

organizativas e funcionais destinadas a garantir os valores essenciais sintetizados no conceito de segurança [...]. O conjunto de aparelhos destinados em primeiro lugar e de maneira exclusiva à tutela da segurança, no âmbito das relações internacionais, qualifica-se como organização da Defesa ou, simplesmente, como a Defesa. Neste caso, a Defesa coincide prevalentemente com a organização das Forças Armadas do Estado. Sempre no sentido instrumental, fala-se, propriamente, de Defesa em relação à atividade desenvolvida para garantir a segurança

Consoante com a perspectiva apresentada por Vergottini (1998 apud BARRADAS, 2005), para Rudzit (2012, p. 77) a “segurança é o todo de um país”. Quanto ao conceito de segurança, Rudzit e Nogami (2010) esclarecem que ainda não houve um acordo na literatura internacional, contudo a visão mais aceita entre os pesquisadores da área é a de que “[...] segurança é sinônimo da proteção contra ameaças externas aos interesses vitais e aos valores básicos de um Estado [...]” (RUDZIT; NOGAMI 2010, p.13).

A fim de minimizar a situação de insegurança, Rudzit (2012) explica que é fundamental ao Estado identificar suas vulnerabilidades e possíveis ameaças, pois

[o] país pode ser ameaçado ou ter vulnerabilidades que podem levar a uma ameaça, como o apagão [nos anos 1990]. Sempre falo de uma política de segurança nacional como uma política maior, em que o governo que assume deve deixar claro quais são seus objetivos e quais são as ameaças e vulnerabilidades que percebe interna e externamente [...] (RUDZIT, 2012, p.77).

Nesse direcionamento, discutindo a concepção de segurança multidimensional, em defesa ou segurança, e refletindo sobre conceitos e ideologias, Saint-Pierre (2011) aborda um trecho da Declaração de Quito⁷ que parece coadunar com a visão expandida de segurança sobre a qual postulam Rudzit (2012) e Vergottini (1998):

[a] segurança constitui uma condição multidimensional do desenvolvimento e do progresso de nossas nações. A segurança se fortalece quando aprofundamos sua dimensão humana. As condições da segurança humana melhoram com o pleno respeito da dignidade, os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas, no marco do estado de direito, assim como também mediante a promoção do desenvolvimento econômico e social, a educação e a luta contra a pobreza, as doenças e a fome. A segurança é indispensável para criar oportunidades econômicas e sociais para todos, e gerar um ambiente favorável para atrair, reter e empregar produtivamente o investimento e o comércio necessários para criar fontes de trabalho e realizar as aspirações sociais do hemisfério. A pobreza extrema e a exclusão social

⁷ VI Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA), Equador, 2004. <http://www.oas.org/csh/portuguese/docminist.asp>

de amplos setores da população também afetam a estabilidade e a democracia, erodindo a coesão social e vulnerabilizando a segurança dos Estados (CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2004; apud SAINT-PIERRE, 2011, p.416-417).

Essas palavras trazem tratativas quanto aos direitos fundamentais do indivíduo, o crescimento social e econômico, os aspectos político e educacional como preponderantes à segurança nacional. Dessa forma, entende-se que pensar em segurança é preocupar-se em diminuir as vulnerabilidades e identificar não apenas as ameaças externas, mas também as ameaças internas do Estado (SAINT-PIERRE, 2011; RUDZIT, 2012).

Por isso, para se estabelecer uma política de defesa é necessário primeiramente “[...] estabelecer as bases sobre as quais se possa assentar a segurança de uma nação e de seus cidadãos e, depois, pensar em como se defender, caso as bases sejam ameaçadas de rompimento [...]” (COSTA, 2012, p.78). Para o autor, o estabelecimento de uma política de defesa visa a garantia dessas bases que sustentam a segurança.

Assim, “preservar a segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial” (BRASIL, 2013b, p.13), ou seja, as questões relativas à defesa e à segurança ultrapassam os limites de atuação das FA.

No entanto, sem defesa, a existência de um país está ameaçada. Dessa forma, pensar no fortalecimento e no desenvolvimento do Brasil leva a considerar a preparação de sua defesa para repelir possíveis ameaças e conflitos. Portanto, na garantia da Defesa Nacional, para a proteção dos interesses e da soberania do Brasil, as FA possuem papel fundamental como instrumento da defesa. Para que as FA possam cumprir esse papel, amparado no artigo 142 da Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), é preciso haver investimento, a fim de que tenham capacidade de combate para defender plenamente a integridade territorial e o patrimônio nacional. Para Buarque (2012, p.23) “[...] o Brasil pode enfrentar sérias dificuldades se não

contar, o mais brevemente possível, com uma defesa nacional “bem consolidada, organizada.”

Entendendo-se a importância do papel das FA na manutenção da Defesa Nacional, vale refletir sobre as palavras de Saint-Pierre (2015, p.34): “quando se trata de um ator armado, ou se confia ou não se confia, não há situação intermediária. Se não se confia se desarma imediatamente, pois não se pode governar com um ator armado não confiável”. Para o autor, quando há confiança nesse ator armado - situação esperada quando se trata de defesa e para que a missão seja executada - supõe-se que o Estado precise investir no instrumento da defesa, nesse caso, as FA, não importando o quanto custe para mantê-lo preparado. O autor afirma que “as Forças Armadas cumprem um papel definido constitucionalmente, e para cumprir esse papel deve (sic) dispor das condições necessárias para seu emprego” (SAINT-PIERRE, 2015, p.34).

Para tanto, é preciso estar preparado para se defender, porque “defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento” (BRASIL, 2013b, p.43). Logo, pensar em uma política pública de defesa demonstra ser imprescindível para a segurança do Brasil e, “[...] cabe aos formuladores da Política de Defesa cuidar para que a força do país seja compatível com as metas do mesmo no ambiente internacional” (SAINT-PIERRE, 2006, p.5).

Seguindo-se conforme o que foi discutido neste capítulo, o próximo capítulo aborda os temas política e política pública e discute a política de defesa sob a perspectiva de uma política de governo e de uma política de Estado.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA

Figueiredo (2009), em seus estudos sobre poder, política e Defesa Nacional, retrata o posicionamento de pensadores clássicos, como Platão (428/27–347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), sobre a sociedade e a política. Figueiredo (2009, p. 14) explica que, ao refletir sobre a República, Platão “pretende pensar em um governo melhor, na melhor forma de organização possível, na melhor forma de organização política”. Para Platão, essa discussão sobre o mundo real constitui uma representação imperfeita do mundo ideal. Figueiredo (2009) esclarece que a busca desse ideal e dessa perfeição almejada por Platão é algo inalcançável, podendo ser admitida apenas no pensamento, no mundo das ideias.

Sobre Aristóteles, Figueiredo (2009) explica que esse filósofo também concebia uma melhor organização de governo e de política, mas de maneira oposta a de seu mentor, Platão, pois observava situações reais do cotidiano da sociedade grega. Assim, partindo da realidade, Aristóteles passou a inspirar pensadores que consideram a política a partir do que é real, os chamados realistas, enquanto Platão inspira aqueles que pensam uma organização social perfeita, os idealistas.

Política vem do grego *polis* que quer dizer cidade, local onde as pessoas convivem e manifestam seus interesses. Maria Carolina Alves dos Santos (1994) explica que o começo da política como atividade específica partiu da *ágora* (do grego, reunião) que, na Grécia antiga, constitui um ambiente ao ar livre, destinado ao debate de assuntos de interesse público. Era na *ágora* que as decisões referentes à coletividade eram antes discutidas por todos.

[o] nascimento da *polis* empresta ao grego uma segunda vida, que se sobrepõe ao âmbito da esfera pessoal e privada, o *bios politikós*. Reunidos em assembleia (*écclesia*), animados pelo espírito de competição (*ágon*), persuadem-se, deliberam, decidem em conjunto sobre o que é comum (*koínon*). Esse grande comício ao ar livre era franqueado a todos os cidadãos que quisessem comparecer para dar a palavra decisiva sobre assuntos relativos a atividades governamentais: guerra ou paz, finanças, tratados, legislação, obras públicas (SANTOS, 1994, p.136).

Segundo Helena Bomeny (2002), a *polis* grega representa um ideal de democracia; contudo, influenciada pela diminuta vida urbana, afasta-se do ideal universalista das grandes metrópoles.

[n]uma época de extraordinárias vitórias da inteligência nos domínios da ciência e da técnica, detecta-se a extrema inépcia do cidadão comum para participar do debate sobre as mais instigantes questões do seu tempo. [...]. Incapaz de desenvolver pensamentos autônomos e de proferir juízos independentes, ou mesmo de fazer uso das potencialidades projetivas do imaginário, ele imerge numa grande massa de indivíduos anônimos, desprovidos de arsenal crítico, de paradigmas, impossibilitados de avaliar corretamente as consequências de todo esse aparato técnico, científico e político para a vida das comunidades a que pertencem (SANTOS, 1994, p. 133).

Do nascimento da democracia no universo grego ao afastamento do cidadão dos problemas que afligem a vida moderna, cabe compreender o que é política pública, segundo Maria das Graças Rua (2012), pensando, primeiramente, sobre o conceito de política. Uma sociedade é composta por indivíduos singulares e que têm diferentes necessidades e interesses. Essas distinções inserem a vida em sociedade em uma dinâmica de “múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito” (RUA, 2012, p.13). Dessa forma, a sociedade encontrou na política um meio para alcançar o entendimento e, conseqüentemente, de administrar os conflitos.

Assim, a função da política consiste em “[...] resolver conflitos entre indivíduos e grupos sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito” (SCHMITTER, 1984, p. 36). Com essa reflexão, Philippe Schmitter (1984) não quer dizer que a política traz fim ao conflito ou que sua função seja a de preservar o sistema de uma sociedade específica. Na realidade, a política constitui um instrumento que “pode simplesmente ‘desarmar’ o conflito, canalizá-lo, transformá-lo em formas não-destrutivas para os partidos e a coletividade em geral” (SCHMITTER, 1984, p. 36).

Para Francisco Beltrán Llavador (2013, p. 39), a política constitui “um conjunto de ações empreendidas por um ou mais agentes ou instâncias a fim de conservar ou ganhar poder para defender seus interesses de outros que os consideram ameaças para o alcance dos próprios interesses”. Figueiredo (2009, p.20), corroborando a ideia de Llavador (2013) - que concebe política como poder -, afirma que “política é tensão”. Essa tensão acontece em função do antagonismo de poderes, uma vez que uns detém o poder e outros não. Nesse cenário, onde uns governam e outros são governados, Figueiredo (2009, p.20) esclarece que “a substância da política é o poder”, dessa forma, “o poder é objeto da política”.

Se, por um lado, o poder é a ferramenta do grupo politicamente dominante, por outro, como Figueiredo (2009) sugere, indo ao encontro de Llavador (2013), sem poder não existe política. Tal ideia encontra-se nas palavras de Max Weber (1972, p.56): “por política entenderemos, conseqüentemente, o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão de poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado”.

Segundo Weber (1972), o conceito de política, sendo bem amplo, abrange diversos setores da atividade humana. A política de descontos de um banco, a política de um sindicato, a política escolar de uma comunidade, a política de uma diretoria de uma associação etc. A definição desse termo caminha para o entendimento de política como as ações do grupo dominante.

Um grupo dominante, investido da condição de Estado, detém o monopólio do uso legítimo da violência, sendo o único detentor de tal direito:

[...] o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, sob condição de que homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores (WEBER, 1972, p.57).

Para esclarecer a submissão do cidadão ao Estado, Weber (1972) utiliza o argumento da legitimidade do poder estatal, advinda da legalidade de um instrumento que dá competência ao grupo governante.

[n]ós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988, Preâmbulo).

Observando-se ainda a Constituição e adotando-se como exemplo a educação, cabe o entendimento que a Carta Magna do Estado impõe controle sobre as ações de governo, uma vez que define obrigações e limites. Outrossim, ela permite discricionariedade na confecção, apresentação e aprovação dos planos de governo,

caracterizando os resultados almejados como política de governo, conforme descrito no parágrafo 3º, artigo 212 da CF:

[a] distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação (BRASIL, 1988).

O conceito de política foi evoluindo com o passar dos anos. Tanto Schmitter (1984) quanto Rua (2012) explicam que o conceito de política ainda é abrangente e diversificado. O desafio para os estudiosos das políticas públicas é compreender seu sentido para a ciência política. Schmitter (1984) destaca a perspectiva de Celso Furtado (1964) quanto a essência da política:

[a] partir do momento em que uma sociedade cresce o suficiente para que seus membros necessitem pautar seu comportamento por normas gerais, cuja aplicação deve ser imposta por uma autoridade que não deriva a sua legitimidade de vínculos de parentesco, está-se em face de um embrião de organização política, sendo irrelevante que o chamemos de sociedade civil ou de Estado. O que importa é reconhecer que qualquer estrutura social que haja alcançado um certo grau de diferenciação necessitará organizar-se politicamente a fim de que os seus conflitos internos não a tornem inviável. Um ponto importante a ter em conta é o caráter *sui generis* da organização política, instrumento que a própria sociedade utiliza para autodisciplinar-se, cabendo-lhe o monopólio de uso de força em nome de coletividade como um todo” (FURTADO, 1964 *apud* SCHMITTER, 1984, p.39).

A palavra política, em inglês *politics*, conforme Rua (2012, p.16), está relacionada ao “uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas”. Assim, a autora afirma que a política é um instrumento de poder empregado pelo Estado na garantia dos direitos do seu povo. Nesta dissertação, será utilizada como alicerce a definição de política de Rua (1998, p.1), que a considera como um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

Com relação à política pública, *policy* em inglês, o termo está relacionado à “formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos” (RUA, 2012, p. 17). Ao decidir-se por uma determinada

proposta, essa escolha implica em juízo de valor e, uma vez tomada, abarca inúmeras intervenções para que tal proposta seja implantada. A autora ressalta ainda que essas decisões e ações dependem da autoridade soberana do Estado para fazer valer os interesses requeridos pela sociedade.

Carlos Wellington de Almeida (2010) chama atenção para uma visão econômica da política pública, relacionando-a à ideia de bem público e trazendo o entendimento de não rivalidade, que se refere a um bem “que consumido, utilizado ou demandado por alguém, não impede ou reduz a disponibilidade para outros” (ALMEIDA, 2010, p.3). O autor também traz a noção de não exclusividade, que constitui a ideia de que um bem “cujo proveito ou uso não pode ser individualmente impedido pelo provedor” (ALMEIDA, 2010, p.3), ou seja, todos os cidadãos, sem distinção, têm o direito de usufruir das políticas públicas e o Estado deve possibilitar-lhes o acesso a elas.

Ainda sob ponto de vista de Almeida (2010), a compreensão sobre política pública está relacionada ao propósito, ao cenário a que se aplica a investigação e à visão de cada pesquisador sobre o assunto. Para tanto, destaca-se que, nesta pesquisa, quanto à política pública, será utilizado o entendimento de Rua (2012, p. 17), que explica que “políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

Nesse sentido, Almeida (2010, p. 1) defende que “a Defesa Nacional deve ser entendida como um bem público promovido à sociedade por meio de políticas públicas.” Para o autor, a política de defesa trata de questões relativas à defesa do País, portanto é intransferível para o setor privado. Rua (1998, p.2) acrescenta que

[a]s políticas públicas são ‘públicas’- e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão ‘pública’ é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo caráter ‘imperativo’. Isso significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Para pensar as políticas públicas de defesa, Rudzit e Casarões (2015) propõem o debate para identificar se elas têm de ser pensadas como políticas de Estado ou de governo. Assim, a política de defesa será abordada neste trabalho segundo a visão de autores que as consideram das duas maneiras: como política de governo e como política de Estado.

O pânico causado a muitos povos no período da Guerra Fria, em que a disputa termonuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética ameaçava a sobrevivência de muitos Estados, trouxe esse pensamento estante de que a defesa precisa ser pensada como política de Estado, pois não existe uma opção, é uma questão de sobrevivência:

[é] com vistas à sobrevivência que o realismo sugere que a política de defesa seja pensada de maneira contínua, linear, motivada precipuamente pelas ameaças externas que se coloquem às entidades estatais. Em outras palavras, o interesse nacional mais básico é a garantia da segurança do Estado – e, por extensão lógica, de seus cidadãos. Não há, portanto, opção. (RUDZIT; CASARÕES, 2015, p.34).

Em contrapartida, os autores consideram que, em um Estado democrático, as políticas públicas precisam ser discutidas e estar submetidas à vontade do povo, passando pelo termômetro das realidades e urgências vividas pelo país, bem como do momento histórico e do contexto político e partidário. Dessa forma, as políticas públicas de defesa, pensadas sobre a ótica de uma política de governo, resultam de “[...] opções: caminhos que se abrem no contexto do processo decisório, colocados à mesa sempre que o país enfrenta desafios internos ou externos, e cuja resultante é decorrência da correlação de forças dos atores políticos num determinado momento” (RUDZIT; CASARÕES, 2015, p.34).

A esse respeito, os autores citam o posicionamento dos Estados Unidos nesse conflito da Guerra Fria, explicando que “[...] mesmo em contextos em que havia uma clara ameaça existencial externa, a política de defesa – contrariamente aos princípios realistas – foi submetida aos filtros políticos, burocráticos e partidários” (RUDZIT; CASARÕES, 2015, p.35).

Acerca da política de defesa de governo, Rudzit e Casarões (2015) destacam as obras de Edward Kolodziej e Robert Harhavy (1982) - pesquisadores que elaboraram trabalho sobre segurança nacional e defesa para países em desenvolvimento e analisaram não apenas o contexto externo, mas também a realidade interna desses países - e Barry Buzan (1991 *apud* Rudzit; Casarões, 2015), autor que também percebe que a política de segurança nacional e de defesa precisam considerar as questões internas do país, e, assim, “meios de comunicação, partidos políticos, diferentes órgãos burocráticos do governo, setor privado e mesmo a própria população de um país procuram influenciar no processo decisório de formulação desta política pública” (BUZAN, 1991, *apud* Rudzit; Casarões, 2015, p.35).

Sobre essa questão, Saint-Pierre (2016, p.13) argumenta:

[p]or ser uma política pública, a Política de Defesa, em uma sociedade democrática, é alvo de debates no interior da sociedade e do próprio governo. Sendo assim, nas democracias maduras, o peso da sociedade no processo de concepção e implantação desta política não pode ser descartado.

Considerando-se a argumentação de Saint-Pierre (2016) e o espaço que o tema defesa tem conquistado junto ao governo brasileiro, a elaboração de políticas públicas de defesa precisa respeitar a percepção da sociedade e refletir a visão e os interesses dos cidadãos sobre o tema (ALMIR JÚNIOR; EDSON FILHO; MORAES, 2016).

Ao refletir sobre a política de defesa como política de governo, Rudzit e Casarões (2015) apresentam dois aspectos: 1) a política de defesa possibilita o controle civil sobre os meios militares; 2) a política de defesa, pensada sob a ótica de política de governo, dá relevo às necessidades tanto internas quanto externas do país, permitindo adaptações à vontade nacional e às urgências dos contextos político, econômico e social.

O primeiro aspecto encontra fundamento, de acordo com os autores, na necessidade de subordinação militar à gerência civil, fator que coopera com a democracia. Com relação a esse controle civil sobre os militares, Oliveira (2005, p. 80) esclarece que “[...] a instituição militar é dirigida de direito pelo poder civil,

dependente de sua orientação e recursos.” Ele explica ainda que essa relação de subordinação do militar ao civil não consiste em colocar aquele em posição inferior a esse, mas constitui um relacionamento de responsabilidades que se complementam. Tal fato não quer dizer que o civil comandará os quartéis, mas, guiará a Política de Defesa Nacional, que traça as orientações que os comandantes levam até as Forças Armadas (OLIVEIRA, 2005).

Quanto ao segundo aspecto, tal ideia está amparada no fato de que uma política de defesa de governo não pode ser vista de forma estanque e linear. Ela considera tanto o cenário externo quanto o interno e um dos seus diferenciais básicos é que ela está subordinada à vontade política dos cidadãos - um dos fundamentos constitucionais do Estado Democrático - sem desconsiderar, em nenhum momento, a necessidade de sobrevivência do País.

Para Rudzit e Casarões (2015, p. 34), a política de defesa de governo “é a interpretação governamental sobre os imperativos de defesa que constitui, no limite, a definição do chamado interesse nacional”. Portanto, para os autores, em um sistema democrático, a política de defesa precisa ser compreendida como uma política de governo. Eles reforçam que, sob essa ótica, não apenas o cenário internacional é considerado, mas também o interno, onde diferentes interesses do País ocupam espaço nessa discussão, haja vista envolver a vontade nacional.

Os documentos normativos de defesa do Brasil adotam uma política de Estado e, para sustentar essa posição, o Poder Executivo conduz a elaboração dos documentos normativos da defesa contendo essa concepção em suas entrelinhas, e justifica essa postura com a necessidade de preparar a defesa do País contra possíveis ameaças externas, que colocam em risco a sobrevivência do Estado e suas instituições, assim como a segurança de seus cidadãos (RUDZIT; CASARÕES, 2015).

A partir desse entendimento, Almeida (2010) defende a ideia de que a política de defesa deva ser tratada como uma política pública de Estado e não de governo. Para o autor:

[p]olítica pública de defesa é o conjunto de ações definidas e executadas pelo Estado, com ênfase na expressão militar do Poder Nacional, voltadas para a proteção contra agressões, predominantemente externas, realizadas com ou sem a participação de entes não-governamentais (ALMEIDA, 2015, p.15).

O autor justifica seu posicionamento indicando que, por tratar de ofensivas externas, a defesa está relacionada à sobrevivência do País, portanto, constitui um tema de relevância nacional, e merece ser tratado de forma além das decorrentes rivalidades partidárias. Oliveira (2006, p. 3) afirma que a política de defesa precisa ser tratada como uma política pública de Estado, necessitando “navegar acima do jogo situação versus oposição”.

Retomando a perspectiva de Almeida (2010, p.4) que defende que uma política de defesa de Estado considera ações que causem reflexos permanentes e a longo prazo, “a paz é um objetivo permanente das nações e sua garantia deve pairar acima de qualquer mudança de governo”. Para ele, pensar em Defesa Nacional a longo prazo, apesar de contraditório, é entender que “a paz deve ser garantida, se necessário, com recurso à guerra” (ALMEIDA, 2010, p.4). A esse respeito, Bellintani e Bellintani (2014) entendem que a guerra é o derradeiro meio a ser utilizado em uma negociação entre Nações. Os autores admitem que a “paz e a guerra estão em constante articulação, são duas faces da mesma moeda: na paz, negocia-se para evitar a guerra; na guerra, luta-se para estabelecer a paz” (BELLINTANI; BELLINTANI, 2014, p.97).

Ao trazer à pauta que a política pública de defesa seja considerada como política de Estado, Almeida (2010) faz referência à END (BRASIL, 2013b) ressaltando que esse é um documento que institui ações estratégicas que podem ser executadas a curto, médio e longo prazo. Essas palavras encontram respaldo nos estudos de Celina Souza (2006, p. 36), que considera que “a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.”

Portanto, segundo essa concepção, uma política de defesa precisa ser traçada de forma a possibilitar ajustes, e assegurando que as ações programadas se perdurem ao longo do tempo e não se sujeitem às mutações de governos. A esse respeito, na percepção de Figueiredo (2007, p. 372) as políticas de governo “são

essencialmente transitórias ou circunstanciais. Se a instituição do Estado pretende ser permanente, a sua administração - o governo do Estado - deve variar ao sabor das necessidades eventuais.”

Almeida (2010) destaca que a decisão por uma determinada política pública envolve, na maioria das vezes, orçamento limitado, e as escolhas acabam sendo comprometidas pelas demandas relativas a bens e serviços sociais, o que prejudica o investimento nas políticas de defesa. Oliveira (2006) reforça essa ideia ao mencionar que os problemas sociais no Brasil são tantos que tratar sobre a Defesa Nacional torna-se um assunto de pouco interesse por parte dos políticos e da sociedade. As questões sociais “dão votos”, a Defesa Nacional “não dá votos” (OLIVEIRA, 2006, p. 2), portanto, com relação ao orçamento, as políticas públicas de defesa acabam sendo vencidas. Sobre esse tema, Almeida (2015, p. 48) tece a seguinte consideração:

[n]o curto e no médio prazo, a principal questão a enfrentar é a improbabilidade de qualquer aumento significativo no orçamento de Defesa. Por muitos anos, a prioridade para o gasto governamental de natureza social mais evidente tenderá a dominar a agenda das políticas públicas. O setor Defesa deve adaptar sua estrutura orçamentária à realidade, de maneira a obter o máximo de benefícios, sem esperar aumento significativo na dotação orçamentária.

Para Oliveira (2006), a sociedade brasileira possui papel fundamental nas discussões das políticas públicas e orçamentos que serão destinados para cada uma delas. Apesar disso, o autor reflete sobre a falta de conhecimento e de preparo da sociedade brasileira para os assuntos relacionados à Defesa Nacional. Sobre a participação dos indivíduos na política, Lúcia Avelar (2004, p.223) afirma que “[...] continua sendo um grande desafio para os estudiosos compreender, tratando-se dos cidadãos, os motivos que os levam a participar ou as razões da apatia da grande maioria diante dos assuntos políticos”.

Como foi possível notar, pela ótica da política de governo, a política de defesa considera, ao mesmo tempo, os cenários interno e externo do País, preza por sua sobrevivência e interesses e dá voz à vontade política comum dos cidadãos e tem suas ações adaptadas de acordo com as necessidades identificadas. Por outro lado, a política de defesa, pelo viés da política de Estado, dá ênfase ao ambiente internacional, isto é, às possíveis ameaças externas à segurança nacional,

desconsiderando o contexto interno do País. Suas ações são pautadas em um planejamento linear, estanque, de longo prazo e não podem passar por alterações por parte dos novos governantes.

Diante do exposto, em uma democracia, as discussões sobre as políticas públicas de defesa precisam refletir uma política que considere tanto o ambiente interno quanto externo do país, sem perder de vista sua soberania e a sobrevivência, fazendo prevalecer a vontade nacional. Por isso, entende-se, nesta dissertação, que uma política pública de defesa precisa ser refletida como uma política pública de governo.

Um povo consciente sobre o papel da defesa no desenvolvimento do país tem como exigir de seus representantes que a discussão sobre essa pauta também tenha prioridade na agenda de políticas do Congresso Nacional. Para Rua (2012, p. 64) “a agenda de políticas resulta de um processo pouco sistemático, extremamente competitivo, pelo qual se extrai, do conjunto de temas que poderiam ocupar as atenções do governo, aquelas questões que serão efetivamente tratadas.” A composição dessa agenda está vinculada à identificação de ocorrências que necessitam ser resolvidas de acordo com uma ordem de prioridades, às quais os governos devem dispensar atenção.

Partindo da ideia de Almeida (2010, p.2) de que “o entendimento da política de defesa passa pela definição de políticas públicas”, assim como das ideias de Souza (2006, p. 36) de que a política pública é “uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados”, à PND (BRASIL, 2016b, p.42) foi dado um novo direcionamento, “[...] estimular a discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, nos diversos níveis, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema.”

Anteriormente a esse direcionamento, era possível observar, por exemplo, nos documentos oficiais de defesa e em estudos de autores que pesquisam sobre o tema, a existência de uma política do governo federal na promoção da Defesa Nacional na Educação Superior. Esse estímulo é perceptível nas universidades, institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa e em suas parcerias e cooperação com programas de pesquisa de instituições civis e militares

para implementação de projetos relativos à Defesa Nacional, como o Pró-Defesa e o Pró-Estratégia.

Lançado em 2008, o Pró-Defesa é um programa do Ministério da Defesa em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que incentiva essas ações colaborativas entre instituições civis e militares, visando à implantação de pesquisas voltadas ao ensino, às áreas científica e tecnológica e à formação de recursos humanos qualificados no tema Defesa Nacional (BRASIL, 2014). Por sua vez, o Pró-Estratégia visa a estimular a produção de ciência, tecnologia e inovação e a formação de recursos humanos em áreas relativas à defesa, ao desenvolvimento e a outros assuntos estratégicos de interesse nacional (BRASIL, 2014).

A esse respeito, a END (BRASIL, 2013b, p. 148) explicita o modo como os assuntos de defesa devem ser alcançados pela sociedade:

[p]romover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, através, entre outros, de convênios com Instituições de Ensino Superior e do fomento à pesquisa nos assuntos de defesa, assim como a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa.

Essas ações demonstram a relevância do meio acadêmico no esforço para ampliar e disseminar os estudos sobre questões da Defesa Nacional junto ao meio civil, conforme aponta Manuel Domingos (2006, p.149), “o aprofundamento da democracia pede a indução da cultura estratégica de defesa nacional em novos termos, ou seja, com a participação de acadêmicos civis”.

No entanto, é oportuno pensar em outras estratégias para se ampliar o espaço de divulgação da consciência de Defesa Nacional, de forma a se aproveitar outros contextos que também são favoráveis para a propagação dessa temática na sociedade brasileira. Em suas medidas de implementação, a END (BRASIL, 2013b, p.114-115) vislumbra que o “maior engajamento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa” é uma das “oportunidades a serem exploradas”, para atenuar a “vulnerabilidade da atual estrutura de defesa do País”. Nesse sentido, esta dissertação

compreende, como uma dessas oportunidades, o despertar do olhar sobre a possibilidade de o espaço da sala de aula, em função de suas interações, construções de significados e múltiplas linguagens, constituir um campo propício para semear a cultura de defesa.

A partir desse atual direcionamento traçado na PND (BRASIL, 2016a), no que diz respeito a promoção de assuntos de defesa na educação a fim de aumentar a participação da sociedade, o nível básico da educação passa a ser considerado como um ambiente propício para se estimular a discussão sobre Defesa Nacional. A redação atualizada da END (BRASIL, 2016b) traça as Estratégias de Defesa (ED) e as Ações Estratégicas de Defesa (AED), com vistas ao atingimento dos Objetivos Nacionais de Defesa (OND), estabelecidos pela PND (BRASIL, 2016a). O documento, então, baliza as ações de defesa de acordo com as ED adequadas a esses objetivos e a elas são agregadas as AED. O objetivo que interessa a esta pesquisa é o “OND-8 Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional” (BRASIL, 2016a, p.13) e, para se atingir tal objetivo, são estabelecidas a “ED-17 Promoção da temática de defesa na educação” e a “ED-18 Emprego da Comunicação Social” (BRASIL, 2016b, p.42-43)."

Neste estudo, considera-se a tratativa contida na ED-17, que tem por objetivo “estimular a discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, nos diversos níveis, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema”. (BRASIL, 2016b, p.42). Das cinco AED descritas no documento, duas estão a ela vinculadas: “AED-75 Buscar a inserção da temática de defesa no sistema de educação nacional” e a “AED-76 Realizar, promover e incentivar atividades de ensino relacionadas aos temas de Defesa Nacional” (BRASIL, 2016b, p.42).

Vale observar que a implantação dessa política pública implica, a exemplo das iniciativas já existentes no Ensino Superior, investimentos, parcerias, formação de professores, promoção de pesquisas científicas sobre o currículo e temas de Defesa Nacional, entre outras ações que exigem disposição, esforços e cooperação do MD e do MEC para a viabilização dessa política no nível básico da educação.

Neste ponto, cabe citar a experiência vivenciada por Portugal que, para promover na sociedade uma consciência de defesa, adotou uma política pública de

Defesa Nacional na educação, introduzindo no currículo de Educação Básica o Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, como área temática da Educação para a Cidadania. Ressalta-se que o acesso dos educandos às atividades propostas pelos professores levam em consideração a idade, o nível de conhecimento e a etapa de escolarização. Com isso, Portugal espera alcançar a sensibilização, nas diversas etapas do ensino e, conseqüentemente, na sociedade, para as questões relacionadas à Defesa Nacional (PORTUGAL, 2014).

Assim, o próximo capítulo traz a reflexão sobre ações e abordagens que envolvam também a Educação Básica, e que, da mesma forma, podem contribuir significativamente nesse processo de amadurecimento da consciência sobre Defesa Nacional pela sociedade.

3 A EDUCAÇÃO BÁSICA E A CONSCIÊNCIA DE DEFESA NACIONAL

Este Capítulo discute a importância da Educação, em especial, da Educação Básica na formação do cidadão e discorre sobre a relevância do currículo no projeto de educar. Aqui, reflete-se, ainda, sobre a educação como vetor para a difusão da consciência de defesa, considerando a cidadania como parte importante desse processo.

3.1 O papel da Educação Básica para a formação do cidadão

O artigo 205 da CF (BRASIL, 1988) e o artigo 2º da Lei nº 9394/96, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), dispõem sobre o direito à educação, instituindo-a como dever do Estado e da família, sendo sua função garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, a educação escolar brasileira, de acordo com o artigo 21 da LDB (BRASIL, 1996), é composta pela Educação Básica, primeiro nível do ensino escolar, seguido pela Educação Superior.

A Educação Básica, conforme o artigo 22 da LDB (BRASIL, 1996), tem como função “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Compreendida por três etapas, a Educação Básica, ministrada em instituições de ensino públicas ou privadas, é constituída pela Educação Infantil - ofertada em creches, ou instituições equivalentes, que atendem crianças de até 3 anos de idade, e na pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos de idade -, Ensino Fundamental - com nove anos de duração e matrícula obrigatória para crianças a partir de 6 anos de idade, é ofertada do “1º ao 5º ano nos Anos Iniciais” e do “6º ao 9º ano nos Anos Finais” -, e Ensino Médio - com duração de 3 anos -, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Organização da educação no Brasil

NÍVEIS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL				
Educação Básica				Educação Superior
Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio
Creches ou Equivalente	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Com duração mínima de 3 anos
até 3 anos de idade	de 4 a 5 anos de idade	1º ao 5º Ano do Ensino* Fundamental	6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental	1º, 2º e 3º Ano do Ensino Médio
		6 a 10 anos de idade	11 a 14 anos de idade	15 a 17 anos de idade
		*Matrícula obrigatória a partir de 6 anos de idade		

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

Sobre a Educação Superior, ela é oferecida em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. Conforme o artigo 43 da LDB (BRASIL, 1996), esse nível de ensino tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, estimular o espírito científico, o pensamento reflexivo, a divulgação do saber e do conhecimento dos problemas do mundo presente, possibilitando aos estudantes a prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo com essa uma relação de reciprocidade.

Dessa forma, é possível observar na legislação brasileira vigente que ambos os níveis de educação possuem características e finalidades próprias. A Educação Superior tem a função de formar indivíduos que possam contribuir com o crescimento e o avanço da sociedade, como especialistas, pesquisadores ou como profissionais de diferentes áreas de formação e atuação. A Educação Básica, por sua vez, garante a todos os brasileiros a formação comum necessária para o exercício da cidadania. Isso conduz à reflexão de que “de forma muito importante, por conseguinte, a cidadania eficaz levanta questões sobre a quantidade e a qualidade da educação, o acesso ao provimento educacional e sua natureza ou destino” (MCCOWAN; GANDIN, 2012, p. 90).

Isso quer dizer que a Educação Básica é indispensável no sentido de formar o educando para ser, no futuro, um cidadão participativo, sujeito de direitos e deveres, capaz de atuar e intervir criticamente na sociedade em que vive, viabilizando

os meios para progredir no trabalho ou, então, prosseguir em seus estudos posteriores na Educação Superior. MsCowan e Gandin (2012) reforçam essa ideia ao afirmarem que, para se garantir que o indivíduo se torne um cidadão eficaz no processo de tomada de decisões, ele necessita de conhecimentos e habilidades que são adquiridos e desenvolvidos por meio da Educação Básica.

Nessa perspectiva, educar para o exercício da cidadania leva à necessidade de se pensar em uma cidadania solidária, responsável e democrática. Em busca desse propósito, o indivíduo precisa reconhecer seu papel como cidadão que tem um compromisso conjunto com a sociedade frente às decisões relacionadas ao País. Dessa forma, Sacristán (1999, p.180) sinaliza que é preciso compreender que “educar requer um projeto com uma direção”. Para guiar esse percurso, Gomes e Vieira (2009, p.3223) afirmam que existe um “importante instrumento que serve de guia ao processo ensino-aprendizagem”. Esse instrumento é o currículo.

A palavra currículo vem do latim *curriculum*, que quer dizer “pista de corrida” e, conforme Silva (2015, p.15) “podemos dizer que no curso dessa corrida, que é o currículo, acabamos por nos tornar o que somos.” Assim, o currículo “é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade” (SACRISTÁN, 2013, p.17). Desde o princípio, a concepção de currículo está relacionada “à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar”, segundo Sacristán (2013, p.17).

O currículo é, então, o instrumento que dá a direção ao projeto de formar o estudante. Para que sejam estabelecidos conteúdos mínimos de forma a garantir uma formação comum, a LDB (BRASIL,1996), no inciso IV , artigo 9º, afirma que cabe à União:

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Dessa forma, os conhecimentos, competências e habilidades julgados como relevantes estão dispostos em uma base nacional curricular comum - que objetiva assegurar a unidade de ação dos sistemas e das redes de ensino de todas as Unidades Federativas diante das diversidades nacionais do Brasil - e em uma base curricular diversificada, de acordo com o artigo 26 da LDB (BRASIL, 1996). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens essenciais* que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento [...]. (BRASIL, 2017, p.7, grifo do autor).

A BNCC é orientada pelo MEC, e promulgada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. Cada sistema de ensino, com suas unidades escolares, conforme o artigo 26 da LDB (BRASIL,1996), deverão complementar a base nacional curricular com uma parte diversificada, observando-se as especificidades regionais, sociais e culturais (MENEZES; SANTOS, 2001). Portanto, a parte diversificada interage com a base nacional curricular de forma a enriquecer a construção do conhecimento.

Tomando por base a seleção de conteúdos apontada por Sacristán (2013) e o currículo da Educação Básica, Silva (2015) argumenta que o currículo está relacionado à reflexão sobre o que ensinar. O autor destaca que o foco do currículo está em compreender as seguintes questões:

[q]ual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humanista de educação? Será a pessoa otimizador e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizadas nas teorias educacionais críticas? A cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo (SILVA, 2015, p.14-15).

Como exemplo dos argumentos apresentados por Silva (2015) e Sacristán (2013) acerca da seleção de conteúdos e para direcioná-los, o MEC, junto com professores de diferentes áreas de conhecimento, em todo Brasil, elegeram alguns temas que tratam de valores relativos à cidadania para serem trabalhados de forma

transversal às áreas de conhecimento e disciplinas da Educação Básica (MENEZES; SANTOS, 2001).

Essa seleção de temas que permite às crianças e jovens terem acesso a um “[...] conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 5) constitui os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998). Isso quer dizer que a cidadania pode ser uma questão discutida em sala de aula sem estar atrelada especificamente a uma área do conhecimento ou disciplina: ela pode transpassar todas as disciplinas escolares e domínios do saber. Menezes e Santos (2001, p.1) entendem que esses temas:

[...] estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. Os temas transversais, nesse sentido, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana.

Desse modo, trabalhar a Defesa Nacional a partir da noção de cidadania permite desenvolver a transversalidade na proposta curricular, e esse trabalho deve abranger a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e atentar para que seja compatível com o desenvolvimento integral das crianças e jovens de cada etapa da educação escolar. Destaca-se que a utilização dos PCN (BRASIL, 1998) não é obrigatória nas escolas e os sistemas de ensino têm liberdade para escolher e trabalhar os temas que considerarem importantes para a comunidade escolar.

A atuação do MEC, órgão responsável pelas políticas de ensino do Brasil, vai ao encontro das ideias de Silva (2015), pois considera os atos de selecionar ou de favorecer um tipo de conhecimento estão vinculados à questão de poder. Esse poder é exercido a partir do ponto de vista daquele que define os conteúdos que serão inseridos no currículo, bem como do poder exercido pelo próprio currículo, uma vez que ele pode determinar e transformar o indivíduo que irá adotá-lo. Para o autor, “destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (SILVA, 2015, p.16).

Como explicam Moreira e Tadeu (2013, p.14), o “currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social”, ele constitui um instrumento basilar na transferência de “visões sociais particulares e interessadas” na formação de identidades individuais e sociais e, por isso, passa por relações de poder. Com esse mesmo entendimento de Silva (2015) e de Moreira e Tadeu (2013), Apple (2013, p.71)⁸ prossegue dizendo que “a educação está intimamente ligada à política da cultura”. Para o autor:

[o] currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma *tradição seletiva*, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (APPLE, 2013, p.71).

O cotidiano escolar está envolvido em “apropriações culturais e criação de saberes e fazeres que, ao mesmo tempo, constroem o país” (BRASIL, 2014, p.5). Portanto, cabe a reflexão sobre que tipo de cultura e conhecimento o currículo tem formado nas escolas e como tem ele contribuído na formação da identidade do brasileiro, pois, conforme Moreira e Tadeu (2013), o currículo constitui uma seleção de conhecimentos e se caracteriza como um instrumento na formação da identidade do cidadão.

Nesse sentido, Santomé (2013) explica que uma das funções do ensino é formar as identidades dos educandos. Para o autor, a identidade é constituída por “conhecimentos, procedimentos, habilidades e valores que cada pessoa aprende, desenvolve e põe em funcionamento para compreender, avaliar e intervir no mundo” (SANTOMÉ, 2013, p.79).

Assim, a discussão sobre a formação do indivíduo para o exercício da cidadania é o caminho proposto para levar a consciência de Defesa Nacional às crianças e aos jovens e, conseqüentemente, à sociedade.

⁸ Este trabalho foi apresentado em palestra denominada *The John Dewey Lecture*, promovida pela John Dewey Society e pela American Educational Research Association (AERA), na cidade de São Francisco, Califórnia, EUA, em 1992.

3.2 A Educação e a Defesa Nacional

Conforme discutido anteriormente, o ambiente da escola proporcionado no percurso da Educação Básica apresenta-se como um importante aliado na promoção de uma base cultural de defesa. Quando essa base for assegurada ao cidadão brasileiro, ele terá condições de acompanhar as discussões sobre o tema e exigir do Estado políticas públicas para o fortalecimento da Defesa Nacional. A partir desse entendimento, cabe pensar sobre a educação como vetor para a difusão da consciência de defesa, considerando-se a cidadania como parte importante nesse processo.

O senador Cristovam Buarque (2012), durante palestra proferida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado⁹, no ano de 2011, trouxe ao debate a educação enquanto base para a segurança nacional: “Não falo da educação dos cientistas, falo de educação no sentido de toda a população ser por ela abrangida” (BUARQUE, 2012, p.78). A esse respeito, Rudzit (2012) esclarece que nos países desenvolvidos a educação é vista como alicerce, uma prioridade. Para Costa (2012, p.78), ela é “[...] variável fundamental na equação da defesa”.

Portanto, é essencial se considerar a educação escolar como uma variável estratégica¹⁰, desafio trazido por Saint-Pierre e Mathias (2004, p.4), para quem “pensar estrategicamente é pensar em relação a um conflito que se nos configura como futuro possível. Não significa preparação para a guerra, mas para enfrentar esse conflito e resolvê-lo, [...]”. Nesse sentido, a educação como uma variável estratégica é entendida como instrumento para o alcance dos objetivos estabelecidos pela política, pelo fato de ser considerada como um campo sensível, segundo explicam os autores:

⁹ Em 2011, em cinco audiências públicas, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado trouxe à discussão de senadores e especialistas civis e militares os temas defesa e segurança nacional. O resultado dessas audiências está compilado no periódico *Em Discussão*, revista de audiências públicas do Senado Federal, Ano 3 – Nº 10 – março de 2012.

¹⁰ O pensamento estratégico tem uma particularidade que o distingue de todos os outros. A concepção estratégica se articula ante a iminência ou possibilidade do conflito. O conflito é o que fornece ao pensamento estratégico sua particularidade distintiva, sua especificidade (SAINT-PIERRE; MATHIAS, 2004, p.4).

[e]sta condição de área sensível – porque entendida como veículo de difusão de idéias [sic] e, portanto, de formação de consciências e de treinamento para responder a determinadas demandas do mundo do trabalho e da cidadania – faz dela uma variável extremamente importante para analisar as possibilidades de autonomia ou não de um país ou região (SAINT-PIERRE; MATHIAS, 2004, p.4).

Nesse sentido, para McCowan e Gandin (2012), a educação é um dos direitos sociais do indivíduo e, para se garantir que um indivíduo se torne um cidadão eficaz no processo de tomada de decisões no âmbito nacional, ele necessita de conhecimentos e habilidades básicos, que são adquiridos desde o início da escolarização. Tornar-se cidadão remete a direitos e responsabilidades, uma vez que a noção de cidadania está presente na CF (BRASIL, 1988), em seu artigo 1º, como um dos seus fundamentos.

Silva (2000) explica que esse fundamento constitucional, a cidadania, não pode ser entendido e limitado apenas como um direito político limitado ao sufrágio. O autor quer dizer que a cidadania está também ligada ao reconhecimento do indivíduo como ser atuante na vida do Estado. Isso garante a submissão do Estado à vontade do povo.

Melo (2013) complementa que, para se conceituar o termo cidadania é necessária a reflexão sobre uma perspectiva dinâmica que envolve circunstâncias históricas, sociais e, em especial, a alteração de modelos ideológicos, por isso seu conceito foi renovando no decorrer da história. Segundo a visão atual, o cidadão é aquele que não apenas exerce o direito político por meio do voto, mas o faz de forma consciente e responsável, tendo meios, garantidos pelo Estado, para acompanhar e participar das políticas públicas com igualdade de oportunidades. Para Silva (2000), a cidadania abrange ainda os direitos sociais, a educação, o trabalho, a saúde, a segurança e o lazer. Ser cidadão, então, é fazer parte de uma sociedade estatal, vivendo em condições dignas, sendo reconhecido pelo Estado e tendo seus direitos garantidos.

Segundo McCowan e Gandin (2012), falar de cidadania é refletir sobre o fundamento passivo - direitos que o Estado deve garantir para o indivíduo - e sobre o fundamento ativo - participação efetiva do indivíduo na atuação do Estado. A cidadania consiste em oportunizar o acesso a todos aos direitos individuais, sociais,

civis, políticos e econômicos, permitindo que o cidadão desenvolva capacidades que o assegurem a participar de forma ativa e consciente das deliberações do Estado democrático (MCCOWAN; GANDIN, 2012; BONAVIDE; MIRANDA; AGRA, 2009).

Ao recorrer aos fatos históricos do Brasil, McCowan e Gandin (2012, p. 90) observam que não houve um ambiente favorável para o desenvolvimento da cidadania no País, visto que “cada um de seus períodos [da história do Brasil] – sucessivamente caracterizados por colonização, autoritarismo e neoliberalismo – limitou [...] dois aspectos: ampliar os direitos e equipar os indivíduos para a participação ativa”. Os autores explicam que, após a independência do Brasil, se passaram dezenas de anos para a abolição da escravidão. A partir daí, o País passou por duas épocas de ditadura, entre os anos de 1937 e 1945 e de 1964 e 1985, o que dificultou as conquistas do povo brasileiro rumo à democracia, processo iniciado a partir de 1985 e cujas conquistas, limitadas pelas discrepâncias sociais, são, até os dias de hoje, agravantes para o desenvolvimento da cidadania.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste Capítulo será detalhado o caminho delineado para a consecução dos objetivos propostos para esta dissertação.

4.1 O campo de investigação

Segundo o MD¹¹, para se construir o conhecimento sobre Defesa Nacional é importante haver ações que levem a discussões sobre o tema de forma a “promover o intercâmbio de ideias, o debate de problemas atinentes a esse setor e o desenvolvimento de iniciativas de interesse comum do Ministério da Defesa, da Academia e da sociedade” (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, essa pesquisa constitui um convite aos estudiosos sobre Defesa Nacional e aos especialistas da educação a refletirem sobre a possibilidade de assuntos relativos à Defesa Nacional também serem abordados na Educação Básica, pois o espaço da sala de aula, onde diferentes interações e discussões acontecem, desponta como ambiente propício para se iniciar o processo de conscientização sobre o papel da Defesa Nacional.

Os estudiosos considerados nesta pesquisa estão ligados à:

1. SePeSD – Secretaria que opera no incentivo à pesquisa e ao ensino juntamente às instituições de Ensino Superior públicas e privadas, escolas militares e centros de estudos, e à

2. SEB - órgão responsável pelas políticas públicas de Educação Básica brasileiras.

Além desses profissionais também foram considerados professores e pesquisadores que trabalham em instituições de ensino públicas e privadas brasileiras (civis e militares), e que possuem títulos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pelo MEC, sobretudo os títulos relacionados a à área de Ciência Política e Relações

¹¹ <https://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa>

Internacionais direcionadas aos Estudos Estratégicos, ou seja, profissionais que se dedicam ao conhecimento voltado às questões da Defesa Nacional e da Segurança Internacional.

Tal escolha responde à necessidade de se analisar a visão dos profissionais que atuam nesses dois órgãos de Estado frente às orientações da PND (BRASIL, 2016) e, para isso, definiu-se a seleção de dez sujeitos, sendo cinco de cada um deles. Também foi essencial considerar o discurso de professores/pesquisadores, a fim de trazer a percepção desse grupo de profissionais sobre a inserção do tema defesa nas instituições de ensino básico e sobre o papel do MD e suas interfaces com o MEC na aplicação dessa política pública. Assim, também foram selecionados cinco desses profissionais, totalizando 15 sujeitos participantes da pesquisa.

Os profissionais que atuam no MD, no caso desta pesquisa, os profissionais da SePeSD, exercem funções relevantes no que diz respeito à implantação de políticas públicas de consciência para a Defesa Nacional na sociedade brasileira. No MEC, os profissionais da SEB, cada um deles representa uma etapa da Educação Básica e desempenham funções significativas na implantação das políticas públicas de ensino no Brasil. Em virtude de dois agendamentos desmarcados, foi possível realizar apenas três entrevistas nesse Ministério. Quanto aos professores/pesquisadores, esses lecionam em cursos de graduação e pós-graduação na área de Ciência Política e Relações Internacionais direcionadas aos Estudos Estratégicos na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e na Escola de Guerra Naval (EGN).

4.2 Levantamento dos dados

Os diferentes pontos de vista dos especialistas serviram de base para gerar conhecimentos e auxiliar nas respostas às inquietações apresentadas nesta pesquisa. Nesse sentido, para conhecer seus posicionamentos foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o objetivo de possibilitar “um mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e

contextualiza [...]” (DUARTE, 2004, p. 215) a abordagem do tema Defesa Nacional no âmbito da Educação Básica.

A escolha pela entrevista semiestruturada se deve ao fato de que ela favorece a naturalidade e a liberdade – elementos indispensáveis em uma investigação. Além disso, à medida que se recebe as respostas dos sujeitos, novas questões e novas hipóteses são constituídas (TRIVIÑOS, 1994). Para tanto, foi elaborado um roteiro (Apêndice B) organizado de maneira a responder a questão problema e as questões norteadoras desta pesquisa. As informações levantadas constituem a matéria-prima que permitiu a descrição e a compreensão da lógica dos sujeitos diante do tema, conforme explica Duarte (2004, p.219):

[a] tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar.

A abordagem inicial junto aos especialistas aconteceu mediante a ida pessoalmente ao MD e ao MEC para apresentar o objetivo da pesquisa. Com relação aos acadêmicos, o convite foi realizado em Seminários e Encontros de Estudos Estratégicos e também por e-mail e telefone. Os acadêmicos demonstraram receptividade e interesse quanto ao tema desde a primeira abordagem. O MD também recebeu abertamente o convite para a entrevista e, imediatamente, apresentou a proposta de pesquisa à Divisão de Cooperação (Dicoop), que viabilizou a coleta de dados em todo o Departamento de Ensino (Depens). No entanto, o MEC apresentou resistência ao tema. Na primeira abordagem, em uma das Coordenações Gerais, vinculadas à Diretoria de Currículos e Educação Integral, da SEB, não foi demonstrado interesse em contribuir com o estudo e o tema Defesa Nacional relacionado aos militares e à época de repressão vivida de 1964 a 1985.

Os especialistas que aceitaram contribuir com a pesquisa foram entrevistados pessoalmente, *in loco*, nas cidades e instituições onde trabalham, e todo o material verbal foi gravado em áudio para posterior transcrição.

4.3 Preparação dos dados

Após as entrevistas, o material verbal coletado por meio de áudio foi transcrito na íntegra. Posteriormente, foram seguidas quatro etapas para a preparação dos dados. Na primeira, foi elaborado o perfil dos entrevistados com base nas quatro perguntas iniciais do roteiro, que tiveram por objetivo caracterizar os sujeitos. O segundo passo consistiu na imersão do texto transcrito por meio de leituras e releituras, observando-se as entrelinhas das falas. Na terceira etapa, foram destacados os pontos pertinentes para que servissem à etapa de categorização. Gaskell (2002, p.85) considera importante essa etapa, porque “ao ler as transcrições, são lembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que revive a entrevista”.

As notas e os comentários selecionados foram úteis à quarta etapa da preparação dos dados, que correspondeu à identificação de tópicos específicos, posteriormente, diferenciados por cores. Em seguida, foi criada uma legenda que corresponde a cada um dos tópicos discutidos pelos entrevistados, uma vez que “[...] os dados de uma pesquisa desse tipo serão sempre resultado da ordenação do material empírico coletado/construído no trabalho de campo [...]” (DUARTE, 2004, p.222).

O próximo procedimento consistiu na categorização das informações obtidas, partindo-se do agrupamento das ideias afins.

4.4 Categorização dos dados

Nesse momento, mais três etapas foram observadas, em continuidade à preparação dos dados. Assim, na etapa cinco, foram definidas e nomeadas categorias e subcategorias, de acordo com cada conjunto de ideias afins. A etapa seis consistiu no agrupamento das falas correspondentes às categorias, com o propósito de se obter o conjunto de opiniões relacionadas a cada uma delas. Na última etapa, em cada grupo de falas, foram selecionadas unidades de contexto que sintetizaram os pontos de vista dos respondentes em relação aos temas, acompanhadas de um comentário que auxiliasse a discussão de resultados.

Articulados aos objetivos propostos, os conteúdos de cada categoria e subcategoria foram aproximados aos pressupostos teóricos que orientam a pesquisa, promovendo o que Duarte (2004, p. 222) chama de “diálogo artificial”: “[e]sse procedimento ajuda a compreender a natureza e a lógica das relações estabelecidas naquele contexto e o modo como os diferentes interlocutores percebem o problema com o qual ele está lidando”.

5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este Capítulo apresenta a discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo, traz o perfil dos entrevistados, as categorias e suas subcategorias de análise decompostas para discutir as perspectivas dos participantes sobre o tema desta pesquisa. Ressalte-se que tal perfil foi constituído a partir da aplicação da entrevista semiestruturada.

5.1 Perfil dos entrevistados

As quatro primeiras perguntas elencadas no roteiro de entrevista semiestruturada tiveram como objetivo construir o perfil profissional dos entrevistados, mostrando a formação acadêmica de cada um, suas experiências nos cargos e nas carreiras que ocupam até o momento da entrevista, e a relevância e a influência de seus cargos e posições frente à promoção da consciência de Defesa Nacional junto à sociedade brasileira.

Para resguardar o direito de anonimato do entrevistado, cada sujeito foi identificado conforme sigla da instituição em que atua, MD ou MEC, seguida de um número, de acordo com a ordem da entrevista realizada com aquele grupo específico. Os professores/pesquisadores foram caracterizados com a abreviatura Prof., seguida de um número que os identifica, conforme a ordem cronológica de realização da entrevista.

Diante da especificidade do tema, na caracterização dos respondentes considerou-se se eles são civis ou militares, a formação acadêmica, o tempo de trabalho na instituição atual, a função e a atividade desempenhada.

Para facilitar a visualização do perfil dos entrevistados, segue o Quadro 2. Vale observar, que, conforme os dados apresentados, nove dos respondentes são civis e quatro são militares.

Quadro 2: Perfil profissional dos entrevistados

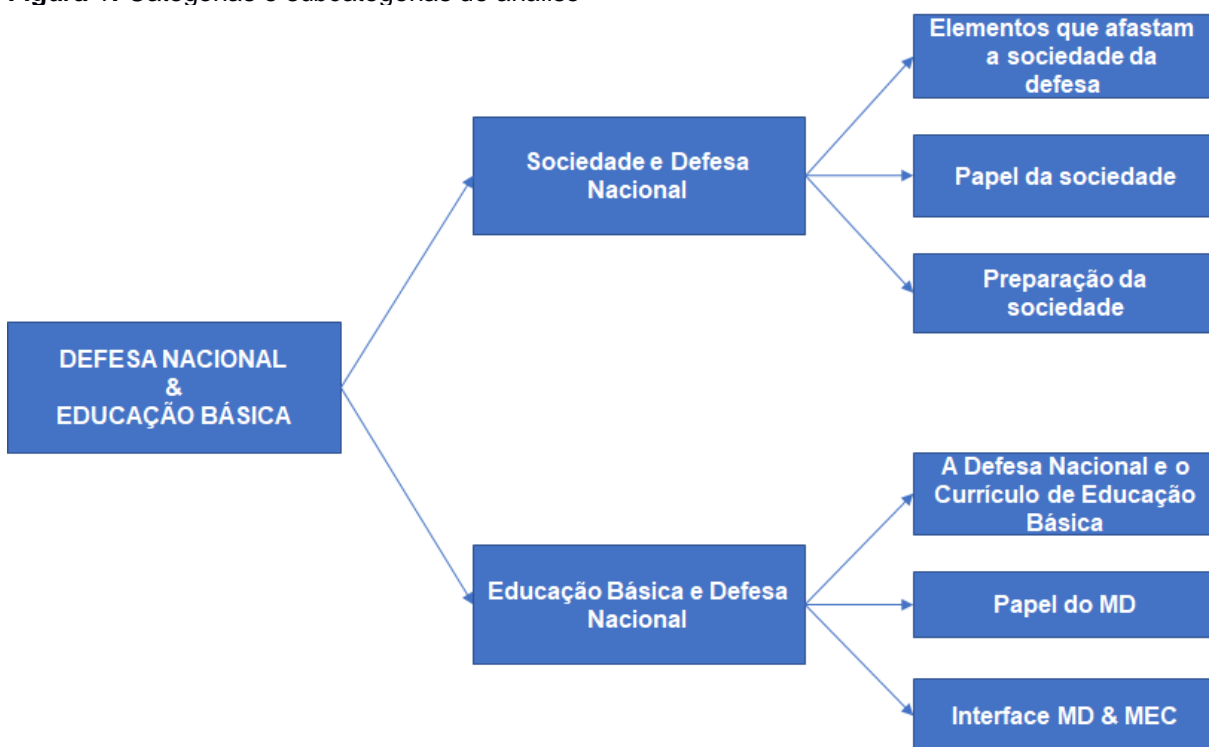
Nº	Entrevistado	Civil ou Militar	Formação	Instituição	Cargo/Função	Tempo de trabalho na instituição atual
1	MD 1	Civil	Relações Internacionais	MD	Coordenador da Dicoop	12 anos
2	MD 2	Militar	Coronel do EB	MD	Gerente da Dicoop	14 anos
3	MD 3	Militar	Brigadeiro Intendente da FAB	MD	Diretor do Depens	1 ano e oito meses
4	MD 4	Militar	Oceanógrafo da Marinha	MD	Gerente da DIENS	2 anos
5	MD 5	Militar	General do EB	MD	Assessor do Depens	1 ano
6	MEC 1	Civil	Pedagogo, Doutor em Educação	MEC	Assessor da Coordenação Geral de Ensino Fundamental	2 anos
7	MEC 2	Civil	Pedagogo, Mestre em Educação	MEC	Coordenador da Coordenação Geral de Educação Infantil	1 ano
8	MEC 3	Civil	Professor de Ensino Médio	MEC	Acompanha os programas e políticas públicas para o ensino médio na Coordenação Geral de Ensino Médio	13 anos
9	Prof. 1	Civil	Mestre e Doutor em Relações Internacionais	UnB	Professor de Relações Internacionais	1 anos e 3 meses
10	Prof. 2	Civil	Mestre e Doutorando da UnB em Relações Internacionais	PUC Goiás	Professor de Relações Internacionais	2 anos e meio
11	Prof. 3	Civil	Mestre e Doutor em Ciência Política	UFF	Diretor do Inest da UFF	48 anos
12	Prof. 4	Civil	Mestre em Administração e Doutor em Ciência Política	UFF	Professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Inest (UFF)	8 anos
13	Prof. 5	Civil	Historiador e Doutor em Ciência Política	EGN	Professor de Relações Internacionais	10 anos

Fonte: O autor.

5.2 Categorias de análise

Para ordenar as respostas dadas pelos entrevistados e analisar suas percepções sobre a Defesa Nacional e as políticas públicas de defesa para a Educação Básica, elas foram sistematizadas em duas categorias: a primeira, Sociedade e Defesa Nacional, e a segunda, Educação Básica e Defesa Nacional, que se desdobram em subcategorias, conforme a Figura 1:

Figura 1: Categorias e subcategorias de análise



Fonte: O autor.

Esse desdobramento em subcategorias de análise se deu em função da visão de que conhecer os elementos que afastam a sociedade da Defesa Nacional possibilita desenvolver um trabalho em favor de despertar o cidadão quanto à necessidade de perceber seu papel nos assuntos relativos a essa pauta. Elencando-se os elementos que distanciam os cidadãos da defesa, caminha-se para se pensar em como promover a consciência para a Defesa Nacional na sociedade brasileira. Nessa reflexão, é possível considerar a Educação Básica como um veículo para viabilizar essa promoção de consciência social e, o MD, como responsável por coordenar e implementar o que está na PND (BRASIL, 2016a), precisa viabilizar

interfaces com o MEC e com os outros órgãos e instituições do Estado e da sociedade para garantir o cumprimento dessa política de Defesa Nacional.

Partindo dessa visão, segue-se para a discussão de cada uma das categorias, uma vez que “o objetivo amplo da análise é procurar sentidos e compreensão. O que é realmente é falado constitui os dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente”, enfatiza George Gaskell (2002, p.85).

5.2.1 Sociedade e Defesa Nacional

A questão que fundamenta esta categoria é a de se identificar se a sociedade brasileira entende a importância da defesa, segundo a percepção dos profissionais entrevistados. Para analisá-la, toma-se por base as ideias apresentadas no Capítulo 2 deste trabalho. Seguem alguns comentários.

Se olharmos de mil anos para cá, [...] as sociedades [...] tinham plena consciência do gasto militar. Porque era a coisa mais importante para se fazer para a defesa ou o ataque. Os reinos e as repúblicas da Idade Média e Moderna sempre estiveram conscientes de que o gasto militar era o mais importante. Depois é que veio escola, educação [...] Nós não temos esta consciência. [...] o gasto com defesa não têm importância para o brasileiro, para a sociedade brasileira. [...] Um gasto extremamente importante para a sociedade continuar vivendo (Prof 4).

Em minha opinião, não. Acho que poucos civis conhecem [...] (MEC 1).

Não. Porque acho que, no País, a consciência social sobre alguns temas ainda é muito eminente. Acho que nós não temos uma política formativa de cidadania (MEC 2).

A sociedade, no geral, não. Eu acredito que, digamos... o senso comum, ele entenda como um dispêndio desnecessário (MD 1).

Das falas dos entrevistados, depreende-se que o cidadão brasileiro parece não se interessar pela Defesa Nacional. Cabe destacar que os 13 entrevistados concordam com essa assertiva.

Esses pontos de vista vão ao encontro das ideias de Oliveira (2005, 2006), Winnand e Saint-Pierre (2010, 2016), Rudzit (2012), Alsina Junior (2012) e Motta, Schmitt e Vasconcelos (2016), quando esses autores discutem prováveis motivos que justificam porque a sociedade não compreende a relevância da defesa e tão pouco se

interessa pelo debate dessa pauta. Essa visão reafirma o posicionamento de Saint-Pierre (2006, 2016) e Oliveira (2005, 2006) sobre a necessidade da Defesa Nacional para a garantia da soberania, do desenvolvimento e da sobrevivência do Brasil. Diante dessas colocações, assinala-se a fala do Prof 1, que faz a seguinte ponderação:

[a]cho que precisamos discutir qual é essa importância. [...] Precisamos discutir isso de uma forma mais clara entre os próprios agentes formadores de opinião: a Academia e os representantes do Estado. Qual é a importância da defesa efetivamente, para daí, sim, fazer essa afirmação tão claramente de que a defesa é importante. Ainda o pressuposto precisa ser rediscutido talvez no Brasil [...] (Prof 1).

O Prof 1, ao questionar “qual é essa importância”, desperta para a necessidade de levar tal questão “a campo”, a fim de que ela seja pensada e discutida no meio acadêmico e político. Segundo ele, é preciso convidar a sociedade brasileira para esse debate e para aprofundar-se nos assuntos de defesa. Sua visão converge com as de Rudzitz e Casarões (2015), Saint-Pierre (2016), Almir Junior, Edson Filho e Moraes (2016), autores que defendem que as políticas públicas, entre elas, a de defesa, sejam debatidas no âmbito da sociedade e do governo. Essa ideia também é trazida pelos Prof 4, Prof 3 e Prof 1:

[n]ós estamos vivendo em um regime democrático, consolidando um regime democrático faz 32 anos e essa consciência de que o papel da sociedade é dizer para os governantes, para os seus legisladores, para o judiciário, os três poderes que nós queremos assim e assado em defesa [...] (Prof 4).

A questão Defesa Nacional está ligada a sua própria existência, ou seja, a sua soberania. Ora, a admissão desse pressuposto implica em um grau de democratização maior. [...] A maioria do povo brasileiro, acredito, está interessada em que a nação brasileira seja soberana, seja dona do seu próprio destino, seja capaz, em suma, no que nos diz respeito aqui, a sua própria defesa. [...] (Prof 3).

Todo esforço de defesa é financiado pela sociedade. A grande questão é que a sociedade brasileira não tem consciência política. Como ela não tem consciência política, ela não se incomoda de gastar 80 bilhões de reais ao ano na defesa. E isso é um grande problema na formação do nosso cidadão, na formação do nosso contribuinte. A gente contribui e depois não sente e nem sequer sabe para que está contribuindo [...] (Prof 1).

Apesar das falas dos entrevistados convergirem para a falta de atuação, acompanhamento e participação do cidadão sobre a Defesa Nacional, quatro deles parecem entender que essa conscientização tem crescido em alguns níveis da sociedade.

[...] Em níveis especializados de pessoas que trabalham um pouco mais com essa ceara de Ciência e Tecnologia, universitários, acadêmicos, [...] nesse âmbito, as pessoas, de fato, compreendem um pouco mais sobre essa importância (MD 1).

[...] Ela varia de acordo com o grau de cultura da pessoa. No meio acadêmico está crescendo muito [...] (MD 2).

[...] O assunto de defesa tem ganhado um grande espaço na esfera da Academia entre as universidades, principalmente nos eventos de Ciência, nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais [...] ou às vezes na relação da indústria, que são os empresários que começam a trabalhar a Base Industrial de Defesa [...]. E, com certeza, nas esferas da diplomacia (MD 3).

[...] E no meu modo de ver é um entendimento muito mais setorializado [...] o meio empresarial, principalmente por causa dos incentivos que teve para o fomento da indústria de defesa e a Academia. [...] a criação do MD despertou essa curiosidade e os próprios programas que foram desenvolvidos pelo MD [...] (Prof 2).

Foi possível perceber, na opinião dos entrevistados, que as ações iniciadas no meio civil, pelos acadêmicos (SAINT-PIERRE, 2016), por programas e projetos de cooperação desenvolvidos pelo MD (BRASIL, 2014) para pesquisas científicas e formação de recursos humanos pós-graduados, e também por iniciativas do setor de Indústria de Defesa, têm sido veículos de difusão das questões sobre a Defesa Nacional no País.

Dando prosseguimento à apresentação das categorias de análise da pesquisa, serão discutidas as subcategorias, **Elementos que afastam a sociedade da defesa, Papel da sociedade e Preparação da sociedade.**

A primeira subcategoria, **Elementos que afastam a sociedade da defesa**, aborda os possíveis aspectos que levam a sociedade a se desinteressar pelos assuntos sobre a Defesa Nacional.

Considerando os relatos dos entrevistados sobre os fatores que dificultam/afastam a sociedade da defesa, verificou-se que cinco deles coadunam com a visão de Oliveira (2006), Gonçalves (2012), Marques e Fuccille (2015), Motta, Schmitt e Vasconcelos (2016), isto é, com a ideia de que, para muitas pessoas, o tema

defesa ainda está relacionado aos militares ou relembra a época da ditadura militar, que deixou marcas de um período de repressão. Seguem alguns comentários:

[...] ainda há um resquício em relação ao período militar. Então, esse resquício faz com que o cidadão muitas vezes possa identificar um militar com um torturador, uma figura que atentou contra a própria sociedade [...] ora, se eu não me simpatizo com aquela figura que está ali não tem como ter interesse por aquilo que ela representa (Prof 2).

[...] pensam que defesa é exclusivamente de militares [...]. Não sei se é uma falha de comunicação, falha de reportagem de jornais de grandes redes de televisão, se isso não interessa muito [...] (Prof 4).

Dificultou o período de ditadura militar e esse afastamento dos militares acarretou no afastamento dos temas ligados à Pátria, causando uma confusão de valores, que eventualmente também foram constituídos pelos militares e pelo próprio modelo de formação de República, mas que também são importantes para a unidade nacional. [...] não tenho dúvida de que alguns signos puderam ser retomados, como signos positivos, [...] e podem ser ressignificados e de alguma forma observados à luz da contemporaneidade [...]. (Prof 5).

A fala do Prof 5 chama atenção para o fato de que esse distanciamento dos militares, e de tudo que remete a eles, contribuiu para o afastamento de questões que cooperam para a preservação da coesão nacional, como os símbolos nacionais.¹² Esse assunto resgata a discussão trazida por Marques e Domingues (2014) e Debrun (1999) sobre o sentimento de pertencimento ao país, que envolve valores e cultura nos quais o povo se reconhece. Esse consenso é o que o mobiliza a participação coletiva.

Não obstante a essa perspectiva, outro fator pode acarretar no afastamento da sociedade da defesa, conforme o Prof 4.

[...] ter tido pouca guerra, pouco conflito com vizinhos, [...] temos problema de fronteira seríssimo com o Paraguai, onde ali entram drogas, contrabando de armas, mas não sai daqueles estados vizinhos dali, o Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo. Fica ali naquela fronteirazinha o transbordamento para a sociedade. O resto do Brasil parece que não sabe exatamente o que acontece nesta fronteira. Não sei se é uma falha de comunicação, falha de reportagem de jornais de grandes redes de televisão ou se isso não interessa muito (Prof 4).

¹² Os símbolos e hinos são manifestações gráficas e musicais, de importante valor histórico, criadas para transmitir o sentimento de união nacional e mostrar a soberania do País. Segundo a Constituição, os quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil são a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, o Brasão da República e o Selo Nacional. Suas apresentações e seus usos são regulados pela Lei n. 5.700 de 1º de setembro de 1971.

O Prof 4 apresenta o fato de o povo brasileiro ter vivenciado poucas guerras com seus vizinhos e também o fato de que, mesmo que conviva com alguns conflitos com países de fronteira, isso não atinge toda a sociedade, mas apenas os estados brasileiros a eles fronteiriços. Essa abordagem também é comentada por Motta, Schmitt e Vasconcelos (2016), ao afirmarem que o País vive uma aparente falta de conflitos externos e isso acarreta no costume de relacionar o termo defesa apenas aos momentos de guerra. Outros entrevistados também se pronunciaram a esse respeito:

[o] desconhecimento. O fato de o Brasil não ter inimigos imediatos e declarados, não enxergar uma ameaça externa. (MD 2).

[...] Nós podemos ter inimigos potenciais, não temos inimigos manifestos. (MD 5).

Porque a sociedade brasileira não percebe ameaças em relação ao sistema internacional. A sociedade brasileira percebe ameaças ao seu cotidiano, à sua vida. [...] Isso a sociedade percebe. (Prof 1).

A perspectiva trazida pelo Prof 1 aponta que, na realidade, o cidadão brasileiro reconhece e vivencia as ameaças internas e imediatas do País. Essa ideia encontra fundamento em Debrun (1999), Oliveira (2006), Solt (2008 apud BAQUERO, 2008), Almir Junior, Edson Filho e Moraes (2014), autores que trazem à discussão a preocupação dos cidadãos brasileiros com as dificuldades do dia a dia e com a necessidade de sobreviver frente às desigualdades sociais, à falta de saúde, habitação, educação, transporte, segurança pública e oportunidades de trabalho. Essas situações reais constituem vulnerabilidades (RUDZIT, 2012), e cabe ao Estado reconhecê-las para que não se transformem em ameaças à segurança nacional. Seguem outras opiniões a esse respeito:

[...] o brasileiro está preocupado em sobreviver, garantir a alimentação, a saúde, a segurança. Esse é um tema mais complexo nessa escadinha de prioridades para a própria sobrevivência (MEC 2).

[...] tendo em vista a situação do país, [...] deixando a desejar em pré-requisitos em que o senso comum considera como básico como a educação, saúde e segurança. As pessoas, elas de fato não compreendem e não consideram que a Defesa Nacional deva entrar para uma pauta de urgência. [...] Tendo em vista também que as FA é algo extremamente dispendioso. O arraste tecnológico das FA são geralmente instrumentos caros e eu acho que a população compreende como um gasto, talvez como um gasto desnecessário (MD 1).

[...] Se temos problema de fome, de saúde, de educação, por que vou dar prioridade à defesa? (MD 5).

Diante dos elementos que afastam a sociedade da defesa, levantados durante as entrevistas, constata-se que muitos deles correspondem com aqueles apontados pelos estudiosos. Nesse cenário onde a sociedade brasileira tem se absterido do seu papel nas discussões dos assuntos sobre a Defesa Nacional, retorna-se à advertência de Winnand e Saint-Pierre (2010) de que essa ausência do cidadão deixa espaço a ser ocupado pelas FA nas decisões relacionadas às políticas públicas de defesa, enfraquecendo o controle civil dos meios militares e impactando negativamente na democracia.

A fim de destacar os principais argumentos apontados pelos entrevistados sobre o afastamento da sociedade dos assuntos da defesa, segue uma síntese dessa subcategoria, conforme o Quadro 3.

Quadro 3: Elementos que afastam a sociedade da defesa.

(continua)

Opinião coletada	Entrevistados que registraram a opinião
1. Tendo em vista outras necessidades básicas, alguns brasileiros não consideram que defesa seja algo importante.	MD 1 MD 5 MEC 2
2. Brasil não teve um passado envolvido com intensos conflitos externos.	Prof 4
3. Investir em FFAA é algo dispendioso.	MD 1
4. FFAA ainda executam projetos de forma muito endógena.	MD 1
5. O fato de o Brasil não ter inimigos externos manifestos. Não percebe ameaças externas.	MD 1 MD 2 MD 3 MD 4 MD 5 Prof 2 Prof 4
6. Pensar que a defesa é exclusivamente assunto dos militares.	MD 4
7. Falta de conhecimento sobre o tema. Só é possível defender o que conheço e acho importante.	MEC 3
8. Os meios de comunicação e as mídias sociais não divulgam a importância da defesa.	MEC 3 Prof 3 Prof 4
9. Existe um resquício do período militar.	MD 5 MEC 3 Prof 2 Prof 3 Prof 5

(conclusão)

Opinião coletada	Entrevistados que registraram a opinião
10. A sociedade percebe as ameaças internas, que acontecem no seu cotidiano, e não as ameaças externas.	Prof 1
11. O Congresso não debate defesa.	Prof 1
12. O afastamento dos militares, devido à visão ligada ao período da ditadura, também acarretou no afastamento dos temas ligados à defesa, à pátria e a tudo o que remete aos militares, como os símbolos nacionais.	Prof 5

Fonte: O autor

A segunda subcategoria, **Papel da sociedade**, aborda a visão dos entrevistados quanto à função e às responsabilidades de uma sociedade democrática na garantia da defesa do país. A eles foi perguntado qual papel compete à sociedade na defesa. Sobre essa questão, seguem os pontos destacados pelos entrevistados MD 5 e Prof 3:

[...] [à] sociedade cabe dizer o que ela quer dessa defesa, até que ponto ela está disposta a empregar recursos nessa defesa. (MD 5).

[...] Desde a caneta aos canhões e aos mísseis, tudo é pago pelo cidadão. [...] As sociedades realmente democratizadas desejam a transparência, a prestação de contas, desejam a fiscalização, o monitoramento daqueles que os representam. Portanto, é a sociedade o efetivo ator que deve controlar o Estado no que diz respeito a sua função maior, que é garantir a soberania do país (Prof 3).

Foi possível perceber que as duas opiniões convergem no sentido de entender que, se é a sociedade que financia a defesa, ela precisa dizer o que deseja para o seu país e estar atenta, acompanhando, participando e averiguando os gastos do governo. Pela ótica do regime democrático, essa discussão é ampliada pelos Prof 3, Prof 4 e MEC 1.

[é] importante refletir sobre esse tema, porque ele nos remete a questão da democracia. Qual é o cerne da questão democrática hoje a meu ver? É a capacidade da sociedade desenvolver mecanismos de controle do Estado. [...] Mais uma vez, existe uma baixa relação ainda entre democracia e nacionalismo no Brasil. Para mim, as duas coisas estão vinculadas. Quanto mais nós avançarmos nas conquistas democráticas, mais condições nós teremos para avançar nas questões da Defesa Nacional (Prof 3).

Nós vivemos em um regime democrático, então tem sempre que ter um elo entre democracia e defesa. Assim como tem que ter um elo entre democracia e políticas públicas, quaisquer que sejam. Quando se fala em educação você tem sempre que pensar em democracia. Quando se fala em saúde você tem sempre que pensar em democracia. Quando se fala em política industrial

you always have to think about democracy. The same thing when you talk about defense you think about democracy. In the sense that democracy is the expression of the public interest. [...] the role of society is to say what she wants in defense (Prof 4).

[...] the primordial role of society is to know public policy about defense and know the legislation pertinent to know how to behave and, above all, to implement this policy (MEC 1).

As reflexões colocam a democracia no centro da discussão do papel da sociedade na defesa. Para os três entrevistados, democracia remete à participação do povo e seu reconhecimento enquanto responsável pelo desenvolvimento do país, assim como pelo andamento de políticas públicas. Sobre essa questão, Saint-Pierre (2016) afirma que o cidadão brasileiro precisa entender suas responsabilidades, pois compreende que estão relacionadas à importância social da defesa. Assim como a sociedade entende a importância da saúde, educação e cultura, ela precisa entender o papel e a relevância da Defesa Nacional, porque a ela relaciona-se a soberania e a existência do País. Por isso “a defesa é um direito da sociedade, mas também é um dever” (SAINT-PIERRE, 2016, s.p). O ponto de vista do MEC 3 exemplifica esse pressuposto:

[e]ntender que quando alguém sai do nosso país levando uma plantinha ele está levando uma de nossas riquezas. Quando entendemos essa importância é possível compreender a necessidade de defender. O maior aquífero é o Guarani. Como preservá-lo? Se não sabemos que ele existe e qual a sua importância, como é possível defendê-lo como nosso? Ter esse conhecimento, nesta proporção, garantirá a necessidade de defendê-lo como uma de nossas riquezas. E o cidadão é responsável por cobrar do Estado por essa defesa (MEC 3).

Essas tratativas vêm ao encontro de Melo (2013), que compreende que um cidadão consciente é aquele que acompanha e participa das políticas públicas em igualdade de condições, e de Almeida (2010), que entende a política pública sob três ângulos. No primeiro, por ser um bem público, precisa ser disponibilizada pelo Estado a todos os cidadãos. No segundo, por ser pública, uma vez usufruída por um cidadão, seu uso por outro não é impedido ou minimizado. O terceiro diz respeito a não exclusividade, ou seja, todo cidadão tem o igual direito de usufruí-la.

A ideia refletida na consideração do MEC 1, “saber como se portar e, sobretudo, efetivar essa política”, pode ser verificada nos posicionamentos do MD 1 MD 5 e do Prof 5 ao demonstrarem, em suas falas, a necessidade de uma sociedade

atuante nas decisões que remetem ao País e sua soberania, à preservação e ao acompanhamento do que é público e das riquezas nacionais.

[...] compete no apelo junto à Câmara e ao Senado [...]. (MD 1).

[...] o País tem interesses, tem riquezas e essas riquezas não foram conseguidas de uma hora para outra. São riquezas que foram conquistadas e herdadas com muito sacrifício pelos nossos antepassados. E nós temos a obrigação de defender esses interesses e riquezas. (MD 5)

Compete o voluntarismo cívico, a diminuição da corrupção, a questão do dever nacional, compete a questão do bem público, dever de vigilância, dever de cuidar como patrimônio próprio nacional (Prof 5).

Esses posicionamentos remetem a Oliveira (2006), que explica que a sociedade é parte fundamental na influência que exerce nas discussões das políticas públicas e orçamentos que serão destinados para cada uma delas. Para o autor, quando o cidadão entender a importância da defesa, poderá reivindicar que essa pauta tenha espaço na agenda do Congresso.

Para destacar as principais perspectivas trazidas pelos sujeitos sobre o papel da sociedade na defesa, segue uma síntese dessa subcategoria no Quadro 4.

Quadro 4: Papel da Sociedade na Defesa.

Opinião coletada	Entrevistados que registraram a opinião
1. Apelo junto à Câmara e ao Senado, que trabalham por voto. Se existir apelo da sociedade.	MD 1 MD 2
2. Financiar a defesa.	Prof 1 Prof 3
3. Controle do Estado.	Prof 3 Prof 5
4. Dizer ao Estado o que se quer em defesa.	MD 5 Prof 4
5. Apoiar a defesa.	MD 3 MD 4
6. Conhecer as políticas públicas de defesa.	MEC 1
7. Cobrar do Estado a defesa do país.	MEC 3
8. Voluntarismo cívico.	Prof 5

Fonte: O autor.

A terceira subcategoria, **Preparação da sociedade**, retrata as perspectivas dos profissionais/especialistas e acadêmicos quanto à preparação da sociedade brasileira para a defesa.

Um debate que há muito tem se ouvido nas universidades, em congressos acadêmicos, e nos próprios corredores do MD, diz respeito à possibilidade de se criar carreira de civis no MD, plano que traria a institucionalidade da profissão de defesa e despertaria o interesse da sociedade para conhecer mais sobre o assunto e, assim, estudar e participar de discussões sobre o tema. Segue a argumentação do Prof 2:

[o] que seria a finalidade precípua para mim, no sentido de preparar a sociedade para a defesa? Criar uma carreira para civil no MD. Essa é uma proposta que está prevista desde 2008, foi revista em 2012 e é aquele debate que vai e volta [...]. A carreira também despertaria o olhar da sociedade em relação a defesa. A partir do momento em que há uma carreira específica, existirá uma vontade precípua no cidadão que se interessar por defesa, de querer ser parte na defesa. Hoje, o MD, é basicamente composto por militares. Até os quadros, entre aspas, destinados aos civis, são ocupados por militares da reserva. E o militar tem um problema que é a transitoriedade da carreira e nem sempre ele para naquele posto. [...] isso significa perder a memória histórica dos processos (Prof 2).

O texto da END (BRASIL, 2008) trouxe à tona a ausência da carreira para civis no MD, tratando esse tema como uma vulnerabilidade na defesa do País. Há, em tal documento, um direcionamento sobre a realização de estudos para a concepção de quadros de especialistas civis, estimulando a seleção para que pudessem “[...] atuar na gestão de políticas públicas de defesa, em programas e projetos da área de defesa, bem como na interação com órgãos governamentais e a sociedade, integrando os pontos de vista político e técnico” (p.58).

Perguntado¹³ a esse respeito, o Ex Ministro da Defesa, Raul Jungmann (BRASIL, 2017) afirmou que, atualmente, o quadro civil do MD é formado por pessoas requisitadas de outros órgãos e por cargos comissionados. Foram propostos para a Carreira de Defesa Nacional 300 cargos de Analista de Defesa Nacional, nível superior, com entrada por intermédio de concurso público. De acordo com Jungmann, até 31 de maio de cada exercício, são apresentadas ao Ministério do Planejamento,

¹³ Entrevista do Ministro Raul Jungmann à revista *Aerovisão*, publicada na edição 251 (Jan/Fev/Mar 2017).

Desenvolvimento e Gestão (MP) propostas para criar ou reestruturar carreiras. No entanto, segundo o Ministro, devido à crise econômica do Brasil, não houve momento oportuno para reencaminhar tal proposta ao MP. Segue um trecho da entrevista do Ministro sobre a criação da carreira civil no MD:

[...] a proposta foi submetida ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 2010, órgão competente para análise. Em fevereiro de 2015, a proposta foi restituída ao Ministério da Defesa para reavaliação, tendo em vista o início de um novo mandato presidencial. Portanto, não se tornou Projeto de Lei, uma vez que não chegou ao Congresso Nacional. [...] A carreira terá perfil estratégico, possibilitando aos civis participarem da formulação de políticas e programas na área de Defesa Nacional. Nesse sentido, representa um ganho significativo para o desenvolvimento das atividades institucionais do MD (BRASIL, 2017, s.p).

Diante das tratativas apresentadas, constata-se que até os dias de hoje essa política ainda não foi efetivada. Mesmo ainda não existindo a carreira de Defesa Nacional para civis, Saint-Pierre (2016) explica que há um esforço da academia em formar civis especialistas em Defesa Nacional e que esse trabalho vem acontecendo nos institutos que desenvolvem estudos nessa área.

Outros esforços também têm sido empreendidos pelo MD, segundo os entrevistados MD 1, MD 2, MD 3 e MD 5.

[...] os Centro de Estudos Estratégicos das três Forças estão promovendo eventos abertos com participação do público. [...] Então, está ficando cada vez mais comum as Forças se aproximarem do meio acadêmico civil (MD 1).

Com certeza! A longo prazo, com projetos¹⁴ (MD 2).

Nesse caminhar a gente trabalha aqui procurando ampliar o conhecimento. Esse conhecimento pode ser estendido. Hoje a gente trabalha muito com as universidades e a gente acredita que o estudante universitário, ao se formar como profissional e trabalhar nessa área, essa conscientização da defesa vai se abranger [...] (MD 3).

[...] É um processo que não se consegue de um dia para o outro. Durante muito tempo, isso já acontece em outros países, a gente não trabalhava com o tema defesa. Antes da criação do MD os Ministérios militares eram muito fechados. Depois da criação do MD, em 1999, começou-se a trabalhar com esse tema defesa (MD 5).

Os comentários citados indicam que as ações para a ampliação do conhecimento em defesa têm sido desenvolvidas por meio de projetos de incentivo à

¹⁴ O entrevistado está se referindo aos projetos de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos na área de defesa, como o Pró-Defesa e o Pró-Estratégia.

pesquisas científicas e à cooperação entre instituições de Ensino Superior, civis e militares, voltadas ao ensino e qualificação de recursos humanos. Também são realizados cursos de extensão sobre Defesa Nacional nas universidades, congressos acadêmicos, concursos de dissertações e teses e promoção de eventos abertos ao público em geral.

Ao serem questionados sobre se acreditam ser possível preparar a sociedade para a defesa, os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que sim e ao justificarem suas respostas:

Justamente por meio do processo educacional. Não existe outra maneira. [...] se quisermos realmente que o adulto tenha conhecimento sobre a defesa nós temos que investir em educação desde cedo [...] (MD 5).

É possível e acho que é pensar na cultura da defesa, que é a defesa do país, que é a cultura da defesa da nossa identidade. [...] Por isso acho que é muito importante sim e um caminho possível para se alcançar essa cultura é a Educação (MEC 2).

Falta a noção do que é nacional. [...] Não é possível defender aquilo que não conheço e não valorizo. A vivência desses conceitos em sala de aula proporciona a consciência que temos muito o que defender e que a defesa é necessária (MEC 3).

Poderia ser feito principalmente pela educação, por engajamento em debates. [...] É um trabalho de formiguinha, mas acho que é possível aumentar o nível de conscientização e a única forma de fazê-lo é pela educação [...] (Prof 1).

Se nós fizermos um esforço de comunicação, de educação, inclusive na escola, desde os anos mais elementares, no fundamental. (Prof 3).

É possível preparar na escola, porque os assuntos de defesa são afetos aos civis e aos militares [...] (Prof 5).

Como se nota, todos os entrevistados encontram na educação um vetor no alcance da preparação da sociedade para a defesa e concebem a escola como o espaço apropriado para esse fim. As expressões “é um trabalho de formiguinha” e “desde os anos elementares” parecem reforçar a tese de que o amadurecimento e a conscientização sobre qualquer tema, inclusive a defesa, depende da educação iniciada na sua etapa básica, desde os primeiros anos da escolarização.

MsCowan e Gandin (2012) reforçam tal ideia, uma vez que pensam que, para se constituírem como cidadãos eficazes no processo de tomada de decisões, os

indivíduos necessitam de conhecimentos e habilidades garantidos por meio da Educação Básica. Dimensões pertinentes ao desenvolvimento e à aprendizagem precisam ser vistas como um percurso contínuo (BRASIL, 2017), cujas interações se dão na escola, ambiente que introduz progressivamente as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta requeridos pela sociedade (GÓMEZ, 1998). Seguindo esse pensamento, Zanella (2008) entende a sala de aula como espaço propício a esse desenvolvimento.

A fim de destacar os principais argumentos apontados pelos entrevistados sobre a preparação da sociedade para a defesa, segue uma síntese dessa subcategoria no Quadro 5.

Quadro 5: Preparação da Sociedade para Defesa.

Opinião coletada	Entrevistados que registraram a opinião
1. Ampliando o conhecimento sobre defesa por meio da promoção de eventos abertos ao público em geral.	MD 1 MD 2 MD 3 Prof 2
2. Pelo processo educacional.	MD 4 MD 5 MEC 2 MEC 3 Prof 1 Prof 3 Prof 4 Prof 5
3. Cultura de defesa na educação.	MEC 2
4. Criar mecanismos onde as políticas sejam vivenciadas realmente pela sociedade.	MEC 1
5. Conhecer o que é nacional, pois só é possível defender aquilo que é conhecido e reconhecido como importante.	MEC 3
6. Criar uma carreira para civis no MD.	Prof 2
7. Haver um esforço de divulgação sobre a importância da Defesa Nacional utilizando os meios de comunicação.	Prof 4

Fonte: O autor.

Considerando a educação como o veículo para preparar a sociedade, discute-se, a seguir, a segunda categoria **Educação Básica e Defesa Nacional**.

5.2.2 Educação Básica e Defesa Nacional

Essa categoria de análise aborda, segundo as perspectivas dos profissionais/especialistas e acadêmicos, a Educação Básica como um ponto de partida para aproximar a cultura de defesa e a sociedade brasileira. Ela retrata também o papel do MD na promoção do tema defesa na sociedade e analisa as interfaces existentes entre esse Ministério e o MEC, no sentido de trabalharem a consciência de Defesa Nacional também nesse nível da educação. A categoria **Educação Básica e Defesa Nacional** é dividida em três subcategorias: **Defesa Nacional e o currículo da Educação Básica, Papel do MD e Interface MD e MEC.**

Retomando as abordagens que destacam a Educação Básica como responsável por assegurar as competências e habilidades necessárias à formação do cidadão crítico e participativo (BRASIL, 2017) e o ambiente escolar como espaço que proporciona situações de aprendizagem e debates fundamentais para a formação da criança e do jovem (ZANELLA, 2008; GÓMEZ, 1998), na primeira subcategoria, **Defesa Nacional e o currículo da Educação Básica**, os entrevistados responderam se consideram importante abordar o tema Defesa Nacional na Educação Básica. Nas respostas, todos concordaram que sim e expressaram o porquê de sua afirmativa. Diferentes posicionamentos foram incorporados à discussão. O primeiro deles, pode ser verificado nas falas do MEC 2 e do Prof 3.

[...] Defesa Nacional é um tema que pode sim, ser trabalhado desde muito pequeno e não a partir da graduação ou do mestrado [...] é na educação básica que é fomentado possíveis trajetórias [...] e uma delas até pode ser [...] a área da defesa. (MEC 2).

[...] a questão é saber como levar à sociedade políticas públicas que sejam capazes de suscitar a reflexão, a consciência em relação à importância da Defesa Nacional. E isto deve ser um trabalho iniciado na base. [...] Então, nós temos que inverter. Não é por cima, é por baixo que nós vamos conseguir a verdadeira conscientização sobre a Defesa Nacional. (Prof 3).

As falas dos entrevistados trazem a questão que, até a atualização dos documentos de defesa, não era observada, tendo em vista a referência aos estudos de defesa relacionar-se apenas ao ensino superior. Por meio de “não a partir da graduação ou do mestrado” e “não é por cima, é por baixo”, os dois entrevistados entendem que o tema Defesa Nacional deve extrapolar esse nível de educação e

atingir o nível elementar do ensino. Vale observar que a Educação Básica passou a ser tratada na versão atualizada da END (BRASIL, 2016b), na “ED-17 estimular a discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, **nos diversos níveis**, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema” (BRASIL, 2016b, p.42, grifo nosso).

É possível fazer uma inferência sobre os motivos que levam à consideração da Educação Básica nesse processo, a partir da fala dos entrevistados MEC 2, MEC 3 e Prof 1:

[...] [p]ara os menores [...] não é importante o conceito, mas a vivência. [...]. E a cultura de paz, que na educação infantil é o pilar. Quer dizer, a gente começa construindo essa identidade do bebê [...]. Então, a cultura de paz precisa ser gerada na escola desde muito pequeno (MEC 2).

Por meio de vivência de jogos, brincadeiras, [...] músicas, passando a importância da defesa para as nossas crianças e jovens. Para as crianças não o conceito em si, mas a vivência de situações que contribuem para a valorização do País, e irá contribuir para o entendimento do porquê da Defesa Nacional. [...] Não é possível defender aquilo que não conheço e não valorizo. A vivência desses conceitos em sala de aula proporciona a consciência que temos muito o que defender e que a defesa é necessária (MEC 3).

Se a gente passa a investir na formação [...] de um cidadão completo, que [...] consiga refletir criticamente sobre o seu país, sobre a sua condição transformadora como eleitor, como alguém que reflita sobre o dia a dia da nação brasileira como um todo. Esse cidadão vai começar a perceber mais o local da defesa nessa formação do país, nessa construção do país. Então o que a gente precisa é investir na formação do cidadão (Prof 1).

A partir dos fragmentos “vivência desses conceitos” e “consiga refletir criticamente sobre o seu país”, entende-se que conhecer, falar, discutir e relacionar o tema defesa às características e situações do País contribuirá para a formação de um cidadão crítico. A sala de aula se apresenta como ambiente que proporciona oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos fundamentais (ZANELLA, 2008) que garantem a vivência e a reflexão crítica sobre a defesa.

A BNCC (BRASIL, 2017, p.57), ao explanar que “[...] a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência [...]”, conduz ao entendimento de que quanto mais cedo forem levados à reflexão conceitos e experiências sobre a defesa do país, com mais naturalidade esse tema passará a fazer parte dos discursos da sociedade, de modo a ampliar o interesse pela vida social e política.

Os Prof 4 e Prof 5 trazem duas ideias relativas aos conteúdos.

[...] É importante que se tenha conhecimento disso, pelo menos nas linhas mais gerais, abordando que outras sociedades sofrem com isso e tem isso como um tema importante para a sua sobrevivência. [...] É preciso ver o conteúdo mínimo dessa educação do Brasil. [...] (Prof 4).

[...] muito antes de se pensar a defesa como um bem, em termos de possibilidade de fazer face material ao inimigo, é pensar a defesa como um projeto de unidade nacional. E esse projeto de unidade nacional tem que acontecer iniciando na escola básica [...] (Prof 5).

Os entrevistados assinalam dois pontos: currículo e projeto de unidade nacional. Conforme Sacristán (1999), a educação precisa de um projeto que aponte as direções a serem percorridas, e para isso serve o currículo que, de acordo com Gomes e Vieira (2009), é o instrumento que dá a direção ao projeto de formar. Do mesmo modo, educar para a consciência de defesa precisa desse direcionamento, viabilizado pelo currículo.

Considerando a fala do Prof 4, “é preciso ver o conteúdo mínimo”, toma-se por base Sacristán (2013) e Silva (2015) para reforçar que o currículo está relacionado à reflexão sobre o que ensinar. Assim, o foco está na compreensão de quem é o sujeito que se pretende formar e em que tipo de conhecimento ele precisa (SILVA, 2015). Partindo do pressuposto de Sacristán (2013) de que o currículo organiza os conteúdos que serão aprendidos, importa destacar as respostas dos entrevistados do MEC sobre como inserir a discussão da Defesa Nacional no currículo da Educação Básica:

[e]la é transversal! Ela precisa ser vista no conjunto das áreas de conhecimento, no conjunto do trabalho da escola. Ela extrapola muito as áreas de conhecimento, os conteúdos, os componentes curriculares. Ela deve ser uma ação muito maior da escola. [...] nós estamos vivendo o

momento da construção da Base Nacional Comum Curricular. Eu penso que esse é um tema que deveria estar lá [...] (MEC 1).

Mas é garantir que dentro da experiência cotidiana das crianças nas escolas elas possam vivenciar experiências e ações, que daí vão ao encontro do conceito. [...] ensino fundamental 1 e 2. Trabalhando a Amazônia é uma grande oportunidade de trabalhar a questão da Defesa Nacional. De que o temos o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, que trabalham para garantir a defesa do nosso país. [...] Falar das nossas riquezas naturais, dos nossos rios e de como é importante nós cidadãos cuidarmos dele, e de como também é importante prepararmos para defender essas nossas riquezas (MEC 2).

É transversal. Ele sempre perpassará em toda a sua fala, porque é o tempo todo Brasil, são os nossos interesses, enquanto país, em jogo (MEC 3).

Observa-se, a partir dos três relatos, que a Defesa Nacional precisa ser discutida como um tema transversal. Isso porque o ambiente da escola constitui-se como um valioso espaço de aprendizagem e exercício da cidadania e nela são refletidas inquietações da sociedade, que envolvem diversos aspectos da educação para a cidadania. Daí o entendimento dos entrevistados do MEC de trazer a Defesa Nacional como um tema transversal e contemporâneo que atinge diretamente a vida humana de maneira global e integradora (BRASIL, 2017).

Para trazer essa discussão para a sala de aula, os entrevistados consideram que, além de o professor fazer uma abordagem que perpassasse as áreas de conhecimento como um todo, há a necessidade de adequar o conteúdo à linguagem e à idade dos estudantes, e de se atentar à maturidade e às etapas da Educação Básica.

[...] gostaria de trazer um olhar pedagógico. [...] poderia ser incluído na educação básica desde que tenha a preocupação na adequação de conteúdo, de linguagem para essas faixas etárias [...] (MD 4).

[...] tendo o cuidado de trazermos esses temas num nível adequado, conforme o amadurecimento de idade. A profundidade e a maneira de abordar esses temas têm que ser diferenciado. [...] é preciso dar a eles as noções básicas [...] (MD 5).

[...] na educação infantil é preciso haver um cuidado específico na faixa etária, para garantir que esse tema não venha como: vamos aprender sobre. [...] garantir as especificidades de cada etapa da educação básica. Ou seja, um tema como esse será trabalhado de um jeito no ensino fundamental, de outro jeito no ensino médio e de outro jeito na educação infantil. É um tema primordial para nos constituir enquanto brasileiro [...] (MEC 2).

[...] Claro que resguardadas as características e especificidades de cada etapa da educação básica e é importante que o professor tenha clareza disso (MEC 3).

Como exemplo de trabalho da educação para a cidadania, pode-se citar o caso de Portugal, país em que as atividades educacionais propostas nas escolas consideram tais fatores – adequação da abordagem do tema à idade dos alunos, à linguagem etc. No caso brasileiro, a orientação contida na BNCC (BRASIL, 2017, p.14) atenta para a “[...] construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea”.

Para destacar as principais perspectivas trazidas pelos entrevistados sobre Defesa Nacional e o Currículo da Educação Básica, segue uma síntese dessa subcategoria no Quadro 6.

Quadro 6: Defesa Nacional e o Currículo da Educação Básica.

Opinião Coletada	Entrevistados que registraram a opinião
1. Defesa Nacional é um tema a ser trabalhado desde a base.	MEC 2 Prof 3
2. Educação Básica proporciona vivências e reflexões que formam o cidadão consciente e participativo.	MEC 1 MEC 2 MEC 3 Prof 1
3. Progressão do conhecimento com consolidação das aprendizagens anteriores.	Prof 3 MEC 2 MD 1 MD 2
4. Defesa Nacional é importante para a sobrevivência do País e precisa ser pensada como parte da educação básica.	Prof 4
5. Projeto de unidade nacional iniciando na educação básica.	Prof 5
6. Defesa Nacional ser discutida no todo do trabalho da escola, transversalmente às áreas de conhecimento.	MEC 1 MEC 2 MEC 3
7. Adequação à idade e etapas da educação básica.	MEC 2 MEC 3 MD 4 MD 5

Fonte: O autor.

A segunda subcategoria, **Papel do MD**, discute a função desse Ministério na promoção da consciência de defesa, no tocante à educação. Cabe salientar que, durante a entrevista, no que diz respeito a essa subcategoria, houve o esclarecimento sobre a existência da Dicoop, vinculada ao Depens, que, por sua vez, é vinculado à SePeSD:

A Dicoop foi criada para cumprir o 8º Objetivo da Política Nacional de Defesa, que era, naquela época, e continua sendo com outra redação, conscientizar a sociedade da importância dos assuntos de defesa do país. Literalmente esse era o objetivo 8º da Política Nacional de Defesa, que agora foi atualizada e esse objetivo ganhou uma nova redação com o mesmo significado. Atualmente ele é: ampliar a conscientização da sociedade para a importância da defesa. E para cumprir esse trabalho nós fomos criando atividades. Então nós temos vários tipos de atividades, todas com esse escopo [...] o mais antigo deles é a condução do Programa Pró-Defesa. Nesse caso o Pró-Defesa atende a uma vertente específica do nosso trabalho, que é fomento à pesquisa e formação de recursos humanos na área de defesa (MD 2, grifo nosso).

Dentro do Depens trabalhamos com a Política e os estudos de defesa, com ensino de defesa. [...] **O nosso trabalho é todo baseado no objetivo número oito da PND**, que é ampliar o envolvimento da sociedade nos assuntos de defesa (MD 5, grifo nosso).

Foi possível perceber nas falas dos entrevistados que o Ministério, por meio da SePeSD, têm procurado se organizar institucionalmente para cumprir o que está orientado na PND (BRASIL, 2016a), especificamente o OND-8.

Para verificar essa atuação do MD/SePeSD junto à sociedade, percebeu-se a necessidade de conhecer a visão dos acadêmicos quanto ao papel do MD na promoção da consciência para Defesa Nacional na sociedade. Vale enfatizar que essa questão foi restringida aos acadêmicos que participaram das entrevistas, tendo em vista a necessidade de conhecer a visão da Universidade, já que a ela cabe “subsidiar os governos nas análises técnicas que balizem as decisões políticas, mostrando as consequências de determinada tomada de decisão e os valores e princípios que cada decisão obedece” (SAINT-PIERRE; MATHIAS, 2004). Assim, seguem alguns dos posicionamentos dos acadêmicos participantes:

[t]rabalhei no MD justamente nessa área de conscientização da sociedade, no Instituto Pandiá Calógeras. Ele foi criado em 2013 e um dos artigos que determinava nossas competências falava sobre a questão do engajamento da educação com a sociedade. [...] Por isso a gente era formado por acadêmicos, que tinham essa condição de fazer uma análise crítica do que estava entrando. O problema é que o trabalho do Pandiá, foi desconstituído,

desconstruído [...] tirou esse papel do Pandiá de assessoria e fez com que ele passasse a ser, de certa forma, uma assessoria de comunicação do MD. E, em vez de se tornar essa esponja e absorver o que vinha de fora para dentro, ele passou a ser um repetidor de dentro para fora (Prof 1).

É um papel crucial, no entanto tem sido bastante acanhado. [...] o Instituto Pandiá Calógeras que deveria ser o órgão de pensamento do interior do MD [...]. Esse Instituto, infelizmente até hoje não floresceu [...] (Prof 3).

Os entrevistados Prof 1 e Prof 3 parecem atribuir ao Instituto Pandiá Calógeras (IPC)¹⁵ o papel de conscientização da sociedade. Criado, segundo eles, com o objetivo de produzir reflexões e debates sobre defesa, é entendido pelo Prof 3 como “o órgão de pensamento do interior do MD”. A missão desse Instituto é “[...] oferecer à Pasta assessoramento estratégico preciso, útil e oportuno na área de Defesa, embasado em altos estudos e em ampla participação acadêmica, institucional e social [...]” (BRASIL, 2018). Entretanto, as falas denotam uma falta de êxito na atuação, e também quanto a atribuição do IPC, e a opinião do Prof 1 parece reforçar essa assertiva ao comentar que “em vez de se tornar essa esponja e absorver o que vinha de fora para dentro, ele passou a ser um repetidor de dentro para fora”.

Partindo dos posicionamentos trazidos pelos professores entrevistados, destacam-se outras perspectivas sobre o papel do MD.

[é] complicado, porque o MD já tem tantas atribuições para com as três Forças que acrescentar essa dimensão educacional ao MD sozinho é complicado. [...] Mas o MD fez um esforço desde que foi criado de tentar ampliar o tema da defesa e da segurança internacional para as universidades civis, através dos Pró-Defesas, [...]. (Prof 4).

O MD tem o papel da unidade institucional que a gente deseja para as Forças Armadas. Então, muito embora as Forças se mantenham idiossincráticas, ou seja, têm as suas particularidades, é do MD o papel consecutor de uma estratégia que englobe as Forças nas suas particularidades, mas que responda às necessidades, atividades e demandas do Brasil como um todo. [...] a grande estratégia derive do MD, como constituído nos documentos, na configuração da criação de uma consciência social ou da sociedade sobre os assuntos de defesa isso, como diretriz, é importantíssimo que esteja institucionalizado, mas isso precisa acontecer de baixo para cima também [...] (Prof 5).

O MD é o ente responsável em demonstrar que é a sociedade que faz a defesa como um todo. E tem que ter esse papel de continuar fomentando,

¹⁵ O (IPC) é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa. Sua atuação acontece por diferentes meios, entre eles: a produção de análises, a promoção do diálogo entre o MD e a área acadêmica e o estímulo à produção de conhecimento sobre temas de interesse da defesa nacional. Assim, o Instituto contribui permanentemente para adensar a relação entre civis e militares.

estimulando e assim por diante, e entender que é um processo de longo prazo, não vai se cumprir do dia pra noite. Mas ao mesmo tempo que ele desperta o interesse da sociedade, ele tenta quebrar essa visão demasiadamente militarizada que a gente sabe que existe dentro do próprio Ministério [...] (Prof 2).

Foi possível perceber, pelas falas do Prof 4 e Prof 5, que o papel do MD está relacionado às FA. Por meio do fragmento “MD sozinho é complicado” o Prof 4 traz a percepção de que já existe um grande trabalho do Ministério com as FA e que, para outros esforços, seria necessário uma cooperação/parceria para realizar essas ações. Observa-se que, para além da atribuição relacionada às FA, o Prof 5 sugere a institucionalização de uma “consciência social ou da sociedade sobre os assuntos de defesa” e, ao dizer que “precisa acontecer de baixo para cima também”, entende-se que essa ação é uma via de mão dupla.

Com relação à fala do Prof 2, ela retrata o MD como responsável por desenvolver meios que levem a sociedade a se conscientizar de sua responsabilidade pela defesa e da necessidade de se quebrar essa visão militarizada do Ministério. Esse entendimento aproxima-se de Darc Costa (2012), que explica que a discussão sobre defesa não permaneça exclusivamente no campo militar, e de Rudzit (2012), para quem assuntos sobre defesa e segurança precisam ser melhor assimilados pela sociedade.

O Prof 1 faz consideração acerca do papel do MD no tocante aos OND traçados na PND (BRASIL, 2016).

[...] na graduação e na pós-graduação acho que a gente tem feito muito. A gente não tem feito na educação básica, no ensino fundamental e médio[...] essa é a grande lacuna. Mas eu diria que, em termos de conscientização da sociedade, por meio da Academia, o MD tem feito muito. E são programas muito mais sérios que os programas que, eu diria, referentes aos outros objetivos que estão ali traçados na PND. [...] apesar de não haver com o MEC, na educação básica, eu acho que há um grande esforço, [...] na educação superior, na pós-graduação. [...] Veja que, apesar de não haver essas pontes entre o governo, o MD faz pontes com a CAPES, com Programa Pró-Defesa, e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é o Programa Álvaro Alberto. (Prof 1).

A colocação apresentada parece evidenciar um reconhecimento do Prof 1 sobre o trabalho desenvolvido pelo MD, em cooperação com a Academia, na direção de cumprir o que está orientado na PND (BRASIL, 2016, p.13) quanto a “ampliar o

envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional”. Contudo ele aponta que esse trabalho tem sido realizado somente no Ensino Superior, precisando ainda ser estendido à Educação Básica.

A fim de trazer os principais apontamentos dos sujeitos da pesquisa sobre o papel do MD, segue uma síntese dessa subcategoria no Quadro 7:

Quadro 7: Papel do MD.

Opinião Coletada	Entrevistados que registraram a opinião
1. Desenvolver ações que cooperem para a ampliação do envolvimento da sociedade nos assuntos de defesa.	MD 2 MD 3 MD 5
2. Agregar/ Integrar as FA.	Prof 4 Prof 5
3. Promover o tema Defesa e Segurança Internacional.	Prof 4
4. Papel relevante, mas de pouca abrangência.	Prof 3
5. Fomentar na sociedade o interesse pela defesa, quebrando a visão militarizada do MD.	Prof 2
6. Desenvolver ações, em cooperação com a Academia, para cumprir o OD-8.	Prof 1

Fonte: O autor.

A terceira e última subcategoria de análise, **Interface MD e MEC**, engloba as considerações e conhecimento dos entrevistados sobre as aproximações entre o MD e o MEC no sentido de trabalhar a consciência de Defesa Nacional também na Educação Básica. Seguem alguns relatos:

[f]alar da minha surpresa em ver essa temática ser uma política pública, ser da relevância que é e não estar sendo tratada como deveria. E aí eu não estou culpando A, B, que setor do serviço público tem essa ou aquela ação com relação a esse tema. Porque eu acho que na verdade esse é um tema que é da sociedade inteira (MEC 1).

Se tem eu desconheço (MEC 2).

Eu desconheço de ter essa articulação ou essa interface e acredito que aqui na Coordenação também ninguém nunca teve esse contato e ninguém nunca pensou, refletiu ou propôs alguma ação em conjunto sobre isso (MEC 3).

[...] Mas no ensino fundamental eu nunca vi, nunca nem ouvi falar (MD 1).

[...] Mas na educação básica não. Não tem nada não (MD 2).

[...] De repente, pode ser num futuro próximo. [...] (MD 3).

Não. Nós ainda estamos trabalhando no nível superior (MD 5).

Os posicionamentos dos entrevistados denotam desconhecimento sobre a tratativa do assunto Defesa Nacional na Educação Básica. Nessa questão, resgata-se o pensamento de Saint-Pierre (2016, p.13) ao afirmar que “por ser uma política pública, a Política de Defesa, em uma sociedade democrática, é alvo de debates no interior da sociedade e do próprio governo”.

O entrevistado MD 4 respondeu que entende que o Programa Forças no Esporte (Profesp) constitui uma ação a ser considerada. O MD 5 também fez considerações sobre o mesmo programa, explicando que, indiretamente, ele trabalha a consciência para a defesa.

Já existe uma inserção das Forças Armadas junto à educação básica como o Projeto Força no Esporte, bandas de música dentro do Força no Esporte. Já existe uma certa relação estabelecida com o MEC, junto às escolas. (MD 4)

As FA tem o Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte (Profesp), que trabalha com estudantes do nível básico, matriculados na rede pública de ensino. [...] Se trabalha com esse estudante no contra turno e o dentro dos quartéis. [...] O estudante também está convivendo e observando como funciona a rotina de um quartel, com o ambiente onde ele aprende sobre o civismo e há essa conscientização. [...] de forma indireta, se trabalha sobre Defesa Nacional (MD 5)

O Profesp (BRASIL, 2018) é um programa que visa a melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social por meio da democratização e da cultura do esporte entre estudantes da rede pública de ensino. Para tanto, há a parceria envolvendo o MD (com o apoio das FA, que presta apoio e oferece a estrutura física), o Ministério dos Esportes, o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria Nacional de Juventude. Conhecendo-se tais informações, compreende-se que o programa tem outros objetivos, que não a educação relacionada à defesa. Portanto, considera-se que não há uma interface direta do MD com o MEC em tal programa, no sentido de cooperar com a promoção da cultura de defesa na Educação Básica.

O que chama atenção nessa subcategoria é o desconhecimento dos profissionais/especialistas de ambos os Ministérios, de qualquer tipo de ação, iniciativa, reunião, contato, troca de telefonema, e-mail ou até mesmo Ofício, que possam legitimar uma interface rumo ao fomento de ideias sobre a promoção da Defesa Nacional no nível básico da educação. Destaca-se o relato do entrevistado MEC 1:

[n]esses dois anos eu não ouvi falar nessa temática. [...] tenho acompanhado a Base Nacional, que reúne um conjunto de discussões aqui, e que historicamente se construíram, e não consegui ver a Defesa Nacional entre eles. [...] Esse é um tema que deveria estar lá. Deveria haver mais gestão por parte de quem diretamente se envolve no cumprimento dessa legislação [...] na discussão da educação nacional. [...] vários outros órgãos deveriam se mobilizar, bem como cabe ao MEC também uma averiguação das temáticas que são transversais e fundamentais para a construção dos currículos [...] (MEC 1).

Essa colocação evidencia que houve surpresa sobre a abordagem do tema Defesa Nacional e o seu não envolvimento, à época, no debate da BNCC (BRASIL, 2017). Vale esclarecer que a aprovação e homologação da nova BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi homologada em dezembro de 2017, no entanto, o espaço aberto ao público para contribuições a essa diretriz ocorreu no período de setembro de 2015 a março de 2016 (BRASIL, 2018, s.p)¹⁶. Quanto ao Ensino Médio, em abril de 2018, o documento foi apresentado e encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e está atualmente em fase de discussão nas audiências públicas. Acrescenta-se que “os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, como órgãos, entidades, associações e especialistas ligados à educação, além do público geral, terão a chance de oferecer contribuições para enriquecer a BNCC” (BRASIL, 2018, s.p).

Outro entrevistado, o MEC 3, também faz considerações sobre a abordagem do assunto Defesa Nacional.

¹⁶ A primeira versão da BNCC, lançada em setembro de 2015, foi colocada em consulta pública entre setembro de 2015 e março de 2016 e recebeu mais de 12 milhões de contribuições. Em maio de 2016, uma segunda versão, incorporando o debate anterior, foi publicada e novamente discutida com 9.000 professores, em seminários organizados pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), em todas as unidades da federação, entre 23 de junho e 10 de agosto de 2016.

[...] [s]e não existe ainda uma reflexão dos civis da educação sobre isso, acho que é importante nos ser apresentado e a partir daí se pensar em ações, estratégias, colaborações, parcerias para tratar dessa temática e buscarmos juntos qual é o melhor caminho, qual a melhor forma, como tratar isso em cada nível. Acho que o MD é quem deve *startar* isso, trazer isso a público [...] (MEC 3).

A compreensão do entrevistado parece sinalizar para a vontade de conhecer mais sobre o tema a partir de iniciativas do MD. Como já identificado na subcategoria anterior, como está sendo reafirmado nesta, a partir do ponto de vista dos profissionais/especialistas e dos acadêmicos, que, apesar de haver na END (BRASIL, 2016b, p.42, grifo nosso) um direcionamento para levar a “discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, *nos diversos níveis*, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema”, essa instrução parece ter passado despercebida pelos formuladores dessa política, que ainda não se atentaram para o seu cumprimento.

Pensando no direcionamento contido na PND (BRASIL, 2016a, p. 14) “todos os setores da Administração Federal deverão articular-se entre si, visando à consecução dos objetivos estabelecidos na presente Política e ao emprego mais racional das capacidades e potencialidades do País”, foi perguntado aos profissionais/especialistas e acadêmicos se é possível haver um trabalho conjunto entre o MEC e o MD e os 13 entrevistados disseram que sim, que é possível. Assim, pode-se compreender que cabe ao MD estruturar ações junto ao MEC e à Academia no sentido de viabilizar o cumprimento da “ED-17 Promoção da temática de defesa na educação” (BRASIL, 2016b, p.42). Esse direcionamento, contido no documento que rege a defesa do Brasil, precisa ser respeitado para que a política seja de fato efetivada.

Para finalizar esta subcategoria, há a necessidade de se conhecer a visão dos acadêmicos no que se refere à relação do MD com o MEC.

[a]cho que tem sido uma parceria interessante. Primeiro porque tem o Pró-Estratégia, que acabou se tornando o principal programa de incentivo aos estudos de defesa e também para formação de recursos humanos especializados em defesa. [...] ajudou difundir o tema defesa, gerar pesquisas sobre defesa no meio acadêmico; segundo, colocar instituições em contato, o que é muito importante. (Prof 2).

Acho fraca. Ela é episódica. Deveria ter um órgão dentro do MD, mais forte, destinado ao ensino sim, dentro de uma secretaria muito maior [...] precisa antes de mais nada, ter recursos para promover junto ao MEC programas de políticas públicas que possam ir de encontro a implementar [...] a consciência da Defesa Nacional (Prof 3).

[...] talvez tenha tido um maior relacionamento em uma determinada época atrás [...] incentivos aos Pró-Defesa[...]. Depende de pessoas que estejam em concordância em, pelo menos, alguns pontos, que é importante ter uma sinergia entre a educação e a defesa. [...] (Prof 4).

Inexistente. Temos programas de pós-graduação sendo criados de *Bottom-up*. [...] a Secretaria de educação do MD tem tentado criar de fato uma política para proteger os Programas que começaram, mas que precisam de apoio. Estou vendo uma política associada à reação. E ela é boa, porque é melhor do que não tê-la. [...]. (Prof 5).

Conforme os relatos destacados acima, foi possível notar que a relação do MD com o MEC é ocasional, incipiente e até mesmo “inexistente” (segundo posicionamento do Prof 5). Entende-se que os acadêmicos percebem que essa parceria é interessante - porque coopera com os incentivos aos estudos e às pesquisa em defesa - à formação de recursos humanos e aos intercâmbios entre instituições acadêmicas para produção científica, o que aproxima, assim, a Universidade de ambos Ministérios. Para concluir, cabe citar Saint-Pierre e Mathias (2004, p.22):

[c]ertamente, com o direcionamento do financiamento e de concessão de bolsas de estudo, o Estado pode incentivar e orientar certas pesquisas que o auxiliem a desenvolver determinadas áreas que viabilizem suas políticas públicas, o que não significa proibir a livre pesquisa e pensamento.

As principais perspectivas trazidas pelos entrevistados sobre a interface do MD e o MEC segue no Quadro 8.

Quadro 8: Interface MD e MEC.

(continua)

Opinião Coletada	Entrevistados que registraram a opinião
1. Desconhecimento de ações/aproximações para trabalhar a consciência de defesa na Educação Básica.	Todos os entrevistados
2. A BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi homologada em dezembro/2017 e não houve uma aproximação entre os Ministérios para conversar sobre a temática defesa ser levada para o nível básico.	MEC 1

(conclusão)

3. Se ainda não houve uma reflexão dos civis da educação sobre a defesa é importante haver essa aproximação com o tema.	MEC 3
4. É possível haver um trabalho conjunto entre o MD e o MEC no sentido de promover a temática Defesa Nacional na Educação Básica.	Todos os entrevistados

Fonte: O autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância da Defesa Nacional é justificada pela preocupação com a sobrevivência do Brasil e a defesa dos interesses nacionais, considerando-se um cenário internacional incerto, e a sua existência como um Estado soberano, com capacidade de ser o que quiser ser. Em uma sociedade democrática, o cidadão é parte fundamental na influência que exerce nas discussões sobre as políticas públicas e a destinação de seus orçamentos. O cidadão possui o papel de financiar, fiscalizar, controlar e cobrar do Estado políticas públicas de defesa. Contudo, constatou-se nesta pesquisa que a sociedade brasileira não compreende a necessidade do preparo da defesa e tampouco sua responsabilidade como participante desse processo.

Portanto, pensar em iniciativas que levem à conscientização dos brasileiros para a importância da defesa é necessário e é essa a ideia que provocou a proposta desta investigação sobre ações que apontassem para a conscientização social em relação à Defesa Nacional tendo como vetor a educação, especificamente, o nível básico de escolarização, onde a formação da criança e do jovem para o exercício da cidadania acontece.

Assim, este trabalho propôs analisar as políticas públicas desenvolvidas pelo MD em parceria com o MEC para a consciência de Defesa Nacional no âmbito da Educação Básica. Para tanto, houve o questionamento sobre quais políticas públicas de Defesa Nacional são desenvolvidas, na Educação Básica, por meio da parceria entre esses dois Ministérios.

Ao longo desta pesquisa não foi encontrado nenhum documento institucional que comprovasse a existência de interação entre os dois Ministérios e que objetivasse tal propósito. Foi identificado apenas o encaminhamento ao Congresso Nacional de uma nova proposta de PND (BRASIL, 2016), END (BRASIL, 2016) e LBDN (BRASIL, 2016) referentes ao período de 2017/2020 que, diferentemente dos últimos documentos norteadores sobre a Defesa Nacional do Brasil, no que concerne à educação, apresentam pela primeira vez a Educação Básica como um veículo para a promoção da consciência para a Defesa Nacional na sociedade.

Nas entrevistas realizadas não foi possível identificar interação, contato, troca de informações, e-mails, telefonemas, documento institucional, ata de reunião ou propostas que indiquem a existência de ações conjuntas entre o MD e o MEC no âmbito da Educação Básica. Dessa forma, pode-se afirmar que ainda não há ações reais e efetivas quanto a inserção do tema defesa nesse nível de escolarização, o que contraria as orientações contidas na END (BRASIL, 2016b, p.42) quanto à “discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, nos diversos níveis, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema nos diferentes níveis de escolarização”.

Esta pesquisa constatou um esforço direcionado à difusão da Defesa Nacional apenas na Educação Superior, e isso provocou a reflexão sobre por que não efetivar uma política pública de defesa que visualize também a Educação Básica como um veículo de conscientização da sociedade. Considerando-se os resultados sobre o que leva ao distanciamento dos cidadãos dos assuntos de Defesa Nacional, é possível inferir que uma das possíveis causas para que essa pauta tenha sido contemplada, somente a partir de 2016, como uma das estratégias para o fortalecimento da Defesa Nacional, por meio da “OND-8 ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (BRASIL, 2016a), deva-se, em partes, a esse tema remeter aos militares e à época de repressão da ditadura militar brasileira.

A vivência de poucas guerras e a não percepção de possíveis conflitos com países de fronteira também levam à associação do termo defesa apenas aos momentos de guerra, outra questão indicada nas entrevistas. Outros dois pontos abordados dizem respeito aos gastos em defesa serem dispendiosos e o cidadão brasileiro estar mais atento a sobreviver às ameaças no seu dia a dia, retratadas nas desigualdades sociais, na falta de saúde, habitação, trabalho e educação de qualidade, do que às ameaças externas, o que faz com que a pauta defesa não tenha a prioridade necessária na agenda de políticas do Congresso Nacional. Esses fatores contribuem para o desconhecimento, a falta de interesse e a não utilização dos meios de comunicação para fazer divulgação sobre o tema.

Neste contexto, o MD é visto pelos acadêmicos entrevistados como o órgão encarregado por desenvolver meios que levem a sociedade a se conscientizar de sua responsabilidade pela defesa. Sobre essa questão, a democracia foi mencionada por eles como a expressão do interesse público e enfatizaram a importância da participação, o engajamento e o controle das políticas públicas de defesa. Nessa perspectiva, todos os entrevistados afirmaram que a forma de garantir essa participação e engajamento dos cidadãos é a educação, pois consideram que a compreensão sobre a Defesa Nacional, partindo desde o início da vida escolar, coopera para o entendimento de conceitos que podem ser naturalmente internalizados.

Porém, para que esse tema seja trazido para a Educação Básica, esta investigação verificou que a Defesa Nacional precisa ser pensada transversalmente às áreas do conhecimento do currículo. Essa concepção está fundamentada no fato de os temas transversais abordarem assuntos de interesse da sociedade e que dizem respeito aos direitos e responsabilidades do cidadão. Dessa forma, tendo em vista que a escola é um espaço significativo de aprendizagem, que proporciona situações de debates, interações e construções de significados espera-se que também seja considerada como um campo fértil para se semear a promoção da consciência para a Defesa Nacional na sociedade.

Por fim, não foi constatada nesta pesquisa nenhuma política pública desenvolvida pelo MD em parceria com o MEC para a consciência de Defesa Nacional no âmbito da Educação Básica, cabendo, assim, afirmar que, independentemente do que está preconizado na PND (2016) e na END (2016) sobre a inserção da temática de defesa no sistema de educação brasileiro, por enquanto, essa medida política ainda não “saiu do papel”.

Diversos desencadeamentos precisam ser considerados para que a Defesa Nacional seja de fato inserida na Educação Básica, entre eles, a formação de recursos humanos, mais especificamente, de professores das etapas desse nível de escolarização. Para que isso aconteça, propõe-se que o MD, junto com o MEC e os acadêmicos estudiosos de defesa e, também, os estudiosos de Educação, desenvolvam projetos de formação continuada para professores da Educação Básica.

Cabe ainda se pensar em incentivos para realização de intercâmbios de pesquisa com países que possuem o tema Defesa Nacional inserido no currículo de Educação Básica, como Portugal.

A pesquisa apresentada pode servir de base para se conceber uma proposta de trabalho tendo como ponto de partida uma ação junto a professores. Existe a intenção de sugerir à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal um projeto de formação sobre consciência para a Defesa Nacional para docentes da rede pública de ensino. Conclui-se que esse tema carece de mais estudos, o que poderá ser feito a partir dos levantamentos primários realizados nesta pesquisa, que podem fornecer subsídios para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Wellington. **Política de Defesa no Brasil**: considerações do ponto de vista das políticas públicas. Campinas, SP: Cidade Universitária Zeferino Vaz, CESOP, 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. **Orçamento da Defesa no Brasil**: Evolução e perspectivas. Rio de Janeiro. ESG. 2015. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2015/ALMEIDA.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ALSINA JUNIOR, João Paulo. Falta Compreensão. **Em discussão**. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Brasília-DF, ano 3, n. 10, p.77-86, mar. 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

APPLE, Michael W. A Política do Conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; TADEU, Tomaz (Orgs). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

AVELAR, Lúcia. Participação Política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. Otávio. (Orgs). **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004. p. 223-235.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.14. n.2, p. 380-413, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200005>. Acesso em: 29 Jun. 2017.

BARRADAS, Jaqueline. Defesa e Segurança: Conceituação e entrecruzamento entre disciplinas. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 11-36 jul./ dez. 2015. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Revista_e_Cadernos/Revistas/revista_61.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

BELLINTANI, Adriana; BELLINTANI, Mauro. **A guerra**: do século XIX aos nossos dias. Boa Vista: Editora UFRR, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 ago. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.484, de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jul. 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.703, de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Presidência da República. Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 24 mar. 17.

_____. Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2013a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Presidência da República. **Símbolos Nacionais**. 2018. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: <https://www2.gwu.edu/~clai/recent_events/2010/Brazil_Defense/Estrat%E9gia_Nacional_de_Defesa.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/auditoria/contas_anuais/relatorio_de_gestao_sg_2016.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.274, de 2010. Dispõe sobre a Política de Ensino de Defesa - PEnsD e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7274.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Ensino e Pesquisa**. Brasília, Ministério da Defesa, 2016. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa>> Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Programa Forças no Esporte**. Brasília: Ministério da Defesa, 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte>>. Acesso em: 12 de fev 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Defesa, desenvolvimento e sociedade**. Entrevista do ministro Raul Jungmann à revista Aerovisão. Brasília: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/component/content/article/171-menu-superior/area-de-imprensa/artigos-e-entrevistas-do-ministro/29168-defesa-desenvolvimento-e-sociedade>>. Acesso em: 18 jan. 2018

_____. Ministério da Defesa. **Instituto Pandiá Calógeras (IPC)**. Brasília: Ministério da Defesa, 2018. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/estudos-estrategicos/instituto-pandia-calogeras-ipc>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Ministério da Defesa. Pandiá Calógeras. **Produtos do Programa Álvaro Alberto**. Brasília, Instituto Pandiá Calógeras, 2017. Disponível em: <<https://pandia.defesa.gov.br/pt/noticias/814-produtos-do-programa-%C3%A1lvaro-alberto>>. Acesso em: 20 jan 2018.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional comum Curricular – Educação é a Base**. Brasília: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Brasília: Ministério da Defesa, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/?pagina=conhecendo_pne>. Acesso em: 24 mar. 17.

_____. Ministério da Educação. Fundação CAPES. **Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA) – PRÓ-DEFESA IV Nº 27/2018**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-defesa>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. Fundação CAPES. **Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (Pró-Estratégia)**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-estrategia>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnpd/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Instituições de ensino poderão incluir temas da Estratégia de Defesa em seus currículos**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=48671:instituicoes-de-ensino-poderao-incluir-o-tema-defesa-em-seus-curriculos&catid=212&Itemid=86>. Acesso em 11 mai. 2017.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **SIPS 2014: percepções da população sobre políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150826_livro_sips_2014.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Terceira versão da BNCC inova na estrutura e propõe mudanças**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/44571-terceira-versao-da-bncc-inova-na-estrutura-e-propoe-mudancas>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Confira o Calendário de Audiências Públicas da Etapa do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=63911>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BOMENY, Helena. **Utopias de cidade**: as capitais do modernismo. In. GOMES, Ângela. (Org). O Brasil de JK. GOMES, Ângela. (Org). 2ª ed. FGV: 2002. p. 201-223 Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/HelenaBomeny_Utopiasdecidade.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009.

BUARQUE, Cristóvam. Falta Compreensão. **Em discussão**. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Brasília-DF, ano 3, n. 10, p. 23-86mar. 2012.

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: CODO, Wanderley; LANE, Silva. T. M. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE DEFESA DAS AMÉRICAS. **Declaração de Quito**. Organização dos Estados Americanos, 2004. Disponível em:<<http://www.oas.org/csh/portuguese/docminist.asp>>. Acesso em 15 de nov. 2017.

COSTA, Darc. Falta Compreensão. **Em discussão**. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Brasília-DF, ano 3, n. 10, p. 77-86, mar. 2012. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

DEBRUN, Michel. A identidade Nacional Brasileira. **Estud. av.** São Paulo, v. 4, n. 8 p.39-49, jan./abr. 1990. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100004>. Acesso em: 01 jul. 2017.

DOMINGOS, Manuel. Defesa e Segurança como área do conhecimento científico. **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v.2, n. 3, p. 136-149, jul./dez., 2006.

_____. A configuração dos Estudos de Defesa. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. Porto Alegre, v.1, n. 1, jul., 2014.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, UFPR, 2004. Disponível em:<<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual Básico**. Conteúdo: v. 1. Elemento Fundamentais, v.2. Assuntos Específicos, v.3. Método para o Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: ESG, 2013. Disponível em:<<http://www.esg.br/images/manuais/ManualBasicoI2014.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

FERREIRA, Marcos; SILVA JÚNIOR, Pedro Paulo da. Segurança e construção da paz na América do Sul: os desafios apontados pela Upsalla Conflict Data Program e The Fund for Peace. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 185-205, jul./dez., 2014.

FERREIRA NETO, Walfredo Bento. **Defesa e Segurança; Guerra e não Guerra: conceito teóricos reflexos práticos**. 2014. Disponível em: <<https://profwalfredoferreira.files.wordpress.com/2014/02/14-guerra-e-nao-guerra-def-e-seg.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. A sociedade, o Estado e a Defesa Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 6, Rio de Janeiro. **Anais...** Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 2007.

_____. A Produção do Conhecimento: Poder, Política e Defesa Nacional. In: ROCHA, Márcio (Org.). **Política, Ciência, Tecnologia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, 2009.

FURTADO, Celso. **A dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964

FUCCILLE, Alexandre. O Brasil e a América do Sul: (re) pensando a segurança e a defesa na região. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 112-146, jul./dez., 2014.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GÓMEZ, Angel. Funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN. Gimeno; GÓMEZ. Angel (Org.). **Compreender e Transformar o ensino**. São Paulo: Artes Médicas, 1998. p.13-26. Disponível em: <<http://aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/43886906/Sacristán%20Gimeno%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

GOMES, Ângela; VIEIRA, Leocilêa Aparecida. O currículo como instrumento central do processo educativo: uma reflexão etimológica e conceitual. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/EDUCERE E III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOLOGIA, 9, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina: PUC PR, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2925_1387.pdf> Acesso em: 11 jun. 2016.

GONÇALVES, Joanisval. Falta Compreensão. **Em discussão**. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 3, n. 10, p.77-86, mar. 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

GUIMARÃES, Ulysses. **Discurso do deputado Ulysses Guimarães**, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em 05 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição Federal. Disponível em: <pmdbrs.org.br/memoria/fl_adm/uploads/arquivos/arquivo_20.doc>. Acesso em: 01 jul. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Ed. DP&A. 11ª ed., 2006.

INDÚSTRIA DE DEFESA E SEGURANÇA. **É 'criminoso' Brasil e Portugal não aproveitarem parcerias na indústria de defesa**. 9 fev. 2017. Disponível em: <<http://defesaeseguranca.com.br/e-criminoso-brasil-e-portugal-nao-aproveitarem-parcerias-na-industria-de-defesa-diz-lopes/>> Acesso em: 20 mar. 2017.

ALMIR JÚNIOR; EDSON FILHO, Benedito; MORAES, Rossi. Padrões de percepção sobre a defesa nacional entre os brasileiros. In: NERI, Marcelo. SCHIAVINATTO, Fábio (Org.). **SIPIS 2014: percepções da população sobre políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

KOLODZIEJ, Edward A.; HARHAVY, Robert E. **Security Policies of Developing Countries**. Lexington, Massachusetts, Toronto: Lexington Books. 1982.

LLAVADOR, Francisco. Política, poder e controle do currículo. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e Incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. X-Y.

MARQUES, Adriana; FUCCILLE, Alexandre. Ensino e Pesquisa em Defesa no Brasil: Estruturação do Campo e Desafios. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, jul./dez., p. 57-73, jul./dez., 2015.

MARQUES, Cecília; DOMINGUES, Eliane. A identidade nacional brasileira em teses e dissertações: uma revisão bibliográfica. **Psicologia Política**. v. 14, n. 31, p. 465-480, set./dez., 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300004>. Acesso: 4 jul. 2017.

MCCOWAN, Tristan; GANDIN, Luís Armando. Reinventando espaços educacionais, construindo uma cidadania atuante: duas experiências brasileiras. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine (Orgs). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. vol. 1. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

MELO, Getúlio Costa. Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n.16, n. 119, dez. 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13959>. Acesso em abr 2018.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Base Nacional Comum**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/base-nacional-comum/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

MOTTA, Paulo; SCHMITT, Valentina; VASCONCELLOS, Carlos Antônio (Orgs.). **Desafios gerenciais em defesa**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. Orelha de Livro.

NASCIMENTO, Aldo. **A Defesa Nacional e a Segurança Pública no Brasil: uma simetria necessária em função dos desafios do século XXI**. 2011. 78f. Monografia (Curso de altos estudos de política e estratégia) - Departamento de Estudos - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC**. Barueri, SP: Manole, 2005.

_____. Considerações políticas sobre a Defesa Nacional. ComCiência. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. Rio de Janeiro, abr. 2006. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/defesa_nacional.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. **Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz**. 2014. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/refecencial_seguranca_online_out_2015.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação e Ciência. **Educação para a Cidadania - linhas orientadoras**. 2013. Disponível em: <http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf> Acesso em: 7 jun. 2016.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2.ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/11259556/Politicas_Publicas_-_Maria_das_Gra%C3%A7as_Rua>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M.I.V (Org). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e política. Disponível em: <<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20%20analisedepoliticaspublicas.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Rev. bras. polít. int.** [online]. v.53, n.1, p.5-24,2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 jun 2017.

RUDZIT, Gunther. Falta Compreensão. **Em discussão**. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Brasília, ano 3, n. 10, p. 77-86, mar. 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/Upload/201201%20-%20marco/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_marco_2012_internet.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017>. Acesso em: 01 jul.2017.

RUDZIT, Gunther; CASARÕES, Guilherme. Política de Defesa é uma Política de Governo. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. Niterói, v. 2, n. 1, p. 33-52, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbed/article/view/54002>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SACRISTÁN, Gimeno. A cultura para os sujeitos ou os sujeitos para a cultura? O mapa mutante dos conteúdos na escolaridade. In: _____. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ArtMed, 1999. p. 147-206.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Pensamento Estratégico Militar Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Universidade da Força Aérea, 2016. (Aula ministrada).

_____. Ensaio sobre os Estudos de Defesa e a Comunidade que os Pratica. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**. Porto Alegre, v.2, n. 2, p.29-39, jul./dez., 2015.

_____. Pensamento em defesa no Brasil em perspectiva filosófica e histórica. In: DIAS, Álvaro Monteiro; WINAND, Érica C. A.; GOLDONI, Luiz Rogério Franco (Org.). **Pensamento brasileiro em defesa: IV ENABED**. Aracaju: UFS, 2013. p. 64-86.

_____. "Defesa" ou "segurança"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto int**. Rio de Janeiro, v.33, n.2, p. 407-433, jul./ dez., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200006>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. A "Revolução Copernicana" nos estudos da Defesa. **Jornal UNESP**. São Paulo, ano 21, n. 223, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/223/opiniaio.php>> Acesso em: 28 mar. 17.

_____. **Política de Defesa e Relações Internacionais no Brasil**: o destino das paralelas. São Paulo: Centro de Estudos latino Americanos, Universidade Estadual Paulista, 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/3807847/POLITICA_DE_DEFESA_E_RELAC3%87%C3%95ES_INTERNACIONAIS_NO_BRASIL_O_DESTINO_DAS_PARALELAS>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SAINT-PIERRE, Hector Luis; MATHIAS, Suzeley K. **A educação como variável estratégica**. Campinas: LASA Forum, 2004. Disponível em: <<http://www.resdal.org/experiencias/lasa-04-kalil.pdf>>. Acesso em

SANTANA, Vagner José. **Leitura crítica do discurso da Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2141/1/Dissertacao%20versao%20final%20vagner.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Currículo, justiça e inclusão. In. SACRISTÁN, José Gimeno (Org). **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Maria Carolina Alves dos. Nós e os gregos. **Trans/Form/Ação**. Marília, v.17, p. 133-141, jan., 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731994000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SCHMITTHER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de Política. In: BOBBIO, Norberto *et al.* **Curso de Introdução à Ciência Política**. Unidade 1. 2ª ed. Brasília: Ed.UnB, 1984. p. 31 - 39. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/214265764/Schmitter-Reflexoes-sobre-o-conceito-de-politica>>. Acesso em: 20 mai.2017.

SCHONS, Décio Luís. **Entrevista no evento que celebrou a instituição da Defesa como área de estudo nos cursos de educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 2017.

SÊGA, Rafael. História e Política. **História: Questões & Debates** [S.l.]. Curitiba, v. 37, n. 2, p. 183-195, dez. 2002. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2708/2245>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 18ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Suzy. **O Pensar e o Fazer do coordenador pedagógico**. Webartigos, 2016. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-pensar-e-o-fazer-do-coordenador-pedagogico/147100>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez, 2006. p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 20 mai. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas,1994. Disponível em <http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf>. Acesso em 18 dez. 2017.

VERGOTTINI, Giuseppe de. Verbete Defesa In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília, DF: UnB, 1998. 2 v. p. 312-318.

WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 1972. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1cMC9_RQA0SULQWiomifqoDOALbACvHO_/view>. Acesso em: 10 fev. 2018

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Héctor. Luís. O Legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos Brasileiro e Argentino. In: SAINT-PIERRE, Hector Luis (Org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na**

Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai. São Paulo: UNESP, Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP, e PUC-SP, 2007. p. 33-72.

_____. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História.** São Paulo, v. 29, p. 3-29, 2010. Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221019007002>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ZANELLA, Andrea Vieira. Cidadania e Educação: Escolarização formal e cidadania: possíveis relações, relações possíveis. In: SILVEIRA, Andréa. F. *et al.* (Orgs). **Cidadania e Participação Social.** Rio de Janeiro, p. 84-91, 2008. Disponível em: <
https://craspsicologia.files.wordpress.com/2012/04/livro_cidadania_e_participacao_social.pdf>. Acesso em: 01 set. 2015.

APÊNDICE A - CARTA DE INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS AEROESPACIAIS****CARTA DE INFORMAÇÃO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

O(A) Sr(a) está sendo solicitado(a) a participar de uma pesquisa que visa a analisar a interface existente entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa em prol da educação para a Defesa Nacional, no âmbito da educação básica, que integrará a dissertação de Mestrado de Munique Dayene Borges Camilo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Marta Maria Telles. A sua participação na pesquisa consistirá de uma entrevista, na qual lhe serão solicitadas informações, opiniões e impressões, mas respeitando sempre o seu direito à privacidade. As respostas de todos os participantes serão analisadas em conjunto, sem que nenhum deles seja identificado pessoalmente. As entrevistas serão mantidas sob a guarda do pesquisador e da sua orientadora e manuseadas exclusivamente por eles. As informações obtidas serão utilizadas somente para a realização da pesquisa. Os resultados da análise serão divulgados apenas por meio de eventos científicos, livros e artigos em revistas especializadas, aos quais o(a) Sr(a) poderá ter acesso se assim o desejar. A participação na pesquisa não envolverá qualquer tipo de despesa ou de recompensa para os participantes. A participação não implicará ainda qualquer risco ou incômodo e é de caráter voluntário, podendo o participante retirar-se do estudo a qualquer momento, sem que haja consequências para ele, agora ou no futuro. O participante poderá ainda, quando quiser, contatar o responsável pela pesquisa, para obter novas informações ou esclarecer qualquer dúvida.

Rio de Janeiro, de _____ de 2017.

Munique Dayene Borges Camilo
Pesquisadora responsável

Marta Maria Telles
Orientadora

Av. Rachel de Queiroz, 45.170. CEP. 22.793-100 – Rio de Janeiro, RJ. Telefone para contato: (21) 99949-6461. E-mail: muniquemu@yahoo.com.br

APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Esta entrevista é um convite aos especialistas de Educação e aos estudiosos sobre Defesa Nacional a refletirem sobre a possibilidade de assuntos relativos à Defesa Nacional também serem abordados na educação básica, pois o espaço da sala de aula, onde diferentes interações e discussões acontecem, é o ambiente propício para iniciar o processo de conscientização sobre a importância da Defesa Nacional.

As cinco perguntas iniciais objetivam a construção do perfil profissional dos entrevistados.

- 1) O entrevistado é: () civil () militar
- 2) Qual a sua formação acadêmica?
- 3) Há quanto tempo o(a) senhor(a) trabalha no(a) MEC/MD/Instituição de Ensino Superior?
- 4) Em que setor o(a) senhor(a) trabalha?
- 5) Qual atividade o(a) senhor(a) desenvolve no seu trabalho?

A Política Nacional de Defesa (PND) estabelece os objetivos da Defesa Nacional e traz as orientações para habilitar os setores civil e militar sobre como alcançá-los. (BRASIL, 2013b). Entre os objetivos nacionais de defesa encontra-se “conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País.” (BRASIL, 2013b, p.31). Para alcançar esse objetivo, a Estratégia Nacional de Defesa (END) traçou ações de forma que a consciência de defesa fosse promovida no meio da sociedade brasileira. Entende-se que ser cidadão significa ter direitos, mas também deveres e compromissos para com o País.

6) Na sua opinião, o(a) senhor(a) considera que a sociedade entende a importância da defesa? Justifique.

7) Na sua opinião, qual papel compete à sociedade na defesa? Por que?

8) Na sua opinião, que fatores dificultam/afastam a sociedade da defesa?

9) Na sua opinião, é possível preparar a sociedade para a defesa? (Em caso afirmativo) Como o(a) senhor(a) acredita que pode ser feito? (Em caso negativo) Justifique.

A fim de promover maior integração e participação dos setores civis governamentais na discussão dos temas ligados à defesa, o Ministério da Defesa em parceria com o MEC, firmaram convênios com Instituições de Ensino Superior para o fomento à pesquisa nos assuntos de defesa (BRASIL, 2012b, p. 148). A constatação desse incentivo aos estudos de defesa na educação superior e a não identificação dessa mesma iniciativa na educação básica instigam a reflexão sobre o trato de temas relativos à Defesa Nacional também no âmbito da educação básica, considerando, segundo Gómez (1998, p.13), que a escola “[...] por seus conteúdos, por suas formas e sistemas de organização, introduz progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.”

10) Na sua opinião, o(a) senhor(a) considera importante abordar o tema Defesa Nacional na educação básica? Justifique.

(Em caso de resposta positiva à questão anterior): 11) Na sua opinião, de que forma o tema Defesa Nacional poderia ser trabalhado no currículo da educação básica?

12) O(A) senhor(a) percebe uma relação/interface/ação do MD com MEC na direção/no sentido de trabalhar a consciência de Defesa Nacional também na educação básica?

13) O(A) senhor(a) tem conhecimento de ações desenvolvidas pelo MD, em parceria com o MEC, no âmbito da educação básica em prol da educação para a Defesa Nacional? (Em caso afirmativo) Pode exemplificar alguma(s) dela(s)? Conhece algum documento que comprove essa interface? Houve respostas a esses documentos? (Em caso negativo) O que o leva a considerar não haver essa parceria? (Restrita aos profissionais/especialistas do MD/MEC)

14) O(A) senhor(a) tem conhecimento se houve algum contato/reunião do MD com o MEC para tratarem temas que levem à promoção da consciência sobre a importância da Defesa Nacional na educação básica? (Em caso afirmativo) Quantos contatos/reuniões ocorreram? (Restrita aos profissionais/especialistas do MD/MEC)

15) Como o(a) senhor(a) avalia a relação do MD com o MEC? (Restrita aos Acadêmicos)

16) Como o senhor(a) entende o papel do MD na promoção da consciência de Defesa Nacional na sociedade? (Restrita aos Acadêmicos)

17) Na sua opinião, é possível haver um trabalho conjunto do MD e do MEC para desenvolver ações que considerem a educação básica um veículo para a promoção da consciência de defesa junto à sociedade? (Caso afirmativo) Como poderia ser feito? (Caso negativo) O que o(o) leva a considerar não poder existir essa parceria?

18) O(a) senhora(a) gostaria de acrescentar alguma informação ou esclarecimento?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro que li e compreendi com clareza a natureza do estudo e da minha participação nele, conforme exposto na “Carta de Informação aos Participantes da Pesquisa”, da qual recebi uma cópia. Tendo sido também informado(a) pelo pesquisador responsável acerca da necessidade e das implicações do presente Termo de Consentimento, declaro, ao assiná-lo, concordar livremente em participar da pesquisa proposta.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

